

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO**

Gabriela Klein Mees

**POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO NO BRASIL:
FATORES POLÍTICOS-ESPORTIVOS QUE INFLUENCIAM E CONTRIBUEM PARA O
SUCESSO**

Porto Alegre

2014

Gabriela Klein Mees

**POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO NO BRASIL:
FATORES POLÍTICOS-ESPORTIVOS QUE INFLUENCIAM E CONTRIBUEM PARA O
SUCESSO**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Movimento Humano.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Klein Mees, Gabriela
Políticas Públicas do Esporte de Alto Rendimento
no Brasil: Fatores Políticos-Esportivos que
Influenciam e Contribuem para o Sucesso / Gabriela
Klein Mees. -- 2014.
105 f.

Orientador: Alberto Reinaldo Reppold Filho.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa
de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano,
Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Gestão do Esporte. 2. Sucesso Esportivo. 3.
Ações Governamentais. 4. Atleta de Elite. I. Reppold
Filho, Alberto Reinaldo, orient. II. Título.

Gabriela Klein Mees

**POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO NO BRASIL:
FATORES POLÍTICOS-ESPORTIVOS QUE INFLUENCIAM E CONTRIBUEM
PARA O SUCESSO**

Conceito Final:

Aprovado em..... de de

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Janice Zarpellon Mazo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Flávio Antônio de Souza Castro – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Amauri Aparecido Bassoli de Oliveira – Universidade Estadual de Maringá

AGRADECIMENTOS

É com muita satisfação que escrevo estes agradecimentos, pois durante a construção deste trabalho tive a oportunidade de conviver com pessoas maravilhosas que foram fundamentais, tanto para o desenvolvimento do trabalho quanto para o meu desenvolvimento pessoal.

Agradeço primeiramente a toda minha família, especialmente aos meus pais, Carlos Alves Mees e Jacqueline Maria Klein, por todo o imensurável amor, por terem dedicado incríveis esforços para que eu pudesse ter uma educação de qualidade, pelo incentivo e apoio incondicional durante a minha trajetória, tanto pessoal quanto acadêmica. Pai e mãe, muito obrigada por tudo. Amo vocês!

À minha irmã Júlia, meu cunhado João, e meus dois afilhados amados, Pedro e Maria Júlia, por todo o amor, a ajuda, os ensinamentos, a paciência e por toda a torcida que sempre tiveram por mim. É muito bom poder sempre contar com o apoio e o carinho de vocês.

Ao meu amor, meu namorado Rodrigo, que está comigo desde o início da graduação, no primeiro semestre de aulas de 2006. O teu apoio, a tua dedicação e o teu amor foram indispensáveis para a conclusão da dissertação. Tu és único, obrigada por fazer parte da minha vida. Te amo.

Agradeço também a toda família Gomes e Rosa, pelo acolhimento e carinho.

Agradeço ainda às minhas avós, meus tios e tias e meus primos, pois cada um foi responsável em algum momento para que eu chegasse até aqui. Obrigada pelo incentivo, pelo aprendizado e força que me deram ao longo desses anos de formação.

Ao meu orientador, Professor Alberto Reinaldo Reppold Filho, agradeço pela oportunidade, por ter confiado e acreditado em mim, por toda ajuda e excelência nos ensinamentos, não só os teóricos, mas sim os éticos e humanos, pela amizade, estímulo, paciência, pelas colocações imprescindíveis para realização do trabalho e pelo apoio em todos os momentos que foram fundamentais para que este trabalho se concretizasse.

Agradeço aos professores Amauri Bassoli, Flávio Castro e Janice Mazo pelas contribuições na avaliação deste trabalho.

Agradeço a todos os Professores do curso de mestrado pelos sólidos conhecimentos repassados no decorrer de todo o curso. Agradeço também a todos os funcionários e professores da ESEF que tornaram essa conquista possível facilitando o meu trabalho e de todos os alunos no decorrer do curso.

Agradeço pela oportunidade de trabalhar nesses últimos dois anos no Projeto Referências e conviver com professores que mostram além de grande conhecimento, e dedicação, um amor pela profissão que espero levar na minha carreira. Um abraço especial para os professores Alberto Monteiro, Flávio Antônio de Souza Castro, Janice Zarpellon Mazo, Mário Brauner e Selda Engelmann.

Agradeço a todos colegas e amigos do PPGCMH com quem pude conviver e trabalhar nesses últimos dois anos. De forma especial, agradeço ao Felipe e ao João, que foram colegas que se tornaram amigos. Ao Felipe, pela grande parceria e amizade e também ao João pela prontidão em ajudar sempre, e pela sua amizade. Obrigada pelo auxílio, pelo incentivo, por todo companheirismo, por me proporcionarem tantos momentos divertidos e de crescimento pessoal.

Aos meus familiares e amigos pelo constante apoio.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

As condições ambientais adequadas para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento englobam os aspectos referentes ao treinamento esportivo, às condições psico-socio-econômicas, assim como ao sistema organizacional nacional do esporte na sociedade. Estudos apontam diversos fatores que influenciam a questão do sucesso esportivo. A sistematização da estrutura organizacional de diferentes países reflete-se em bons resultados esportivos internacionais. Os países que alcançam sucesso internacional no esporte de alto nível possuem planos de ações nacionais que são elaborados de maneira central, e aplicados em todo o território nacional. Para um país atingir o sucesso no esporte internacional, é necessário que existam determinadas organizações que exerçam a função de gerenciamento do sistema esportivo nacional, principalmente na elaboração de programas de desenvolvimento de atletas, leis e diretrizes que promovam o esporte de alto rendimento. O esporte brasileiro passa por um período extremamente importante, pois está se preparando para receber os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro em 2016. Parece hoje que o desenho organizacional de sistemas de esporte de alto-rendimento não pode mais explicar as diferenças no seu sucesso. Como a maioria dos sistemas fornece um espectro de apoio (suporte) similar, pode-se argumentar que hoje um dos fatores mais decisivos, e que afeta o desempenho de um sistema de esporte de alto-rendimento, é a forma como os serviços são organizados e administrados. O objetivo do estudo foi descrever as políticas de esporte de alto rendimento do Brasil através de suas ações para a detecção e desenvolvimento de atletas de rendimento. Para isto, definiram-se quatro grandes eixos considerados por especialistas como fundamentais para o sucesso de uma política de EAR: a detecção e a formação de talentos esportivos, a ciência do esporte, a infraestrutura para treinamento, o apoio financeiro e a pós-carreira dos atletas. O presente estudo, que focou nas ações de apoio e na política em geral ligadas ao Esporte de Alto Rendimento constatou a preocupação do Ministério do Esporte em fomentar políticas para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento brasileiro. O trabalho também evidenciou que, para o Brasil se tornar uma potência olímpica, os investimentos públicos devem ser direcionados para a criação de um efetivo sistema que fomente a detecção, o encaminhamento, a formação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de atletas das diversas modalidades olímpicas. E nesse sistema deverão constar ações que visem o aumento no número de praticantes das diferentes modalidades esportivas, além de um sistema efetivo de identificação e desenvolvimento do talento esportivo e adequadas instalações esportivas a fim de que os atletas possam ter onde treinar adequadamente.

Palavras-chave: gestão do esporte, sucesso esportivo, ações governamentais, atleta de elite.

ABSTRACT

Appropriate environmental conditions for the development of high performance sport include aspects related to sports training, psycho-socio-economic conditions, as well as the national sport of the organizational system in the society. Studies suggest several factors that influence the sporting success. The systematization of the organizational structure of different countries reflects on good international sporting results. Countries that achieve international success in high-level sports have national plans of actions that are designed centrally and applied across the entire national territory. For a country to achieve international success in sport, it is necessary that there are certain organizations that perform the function of managing the national sports system, especially in the preparation of the development of athletes, laws and guidelines that promote high performance sport programs. The Brazilian sport goes through an extremely important time because it is preparing to host the Olympic and Paralympic Games in Rio de Janeiro in 2016. It seems today that the organizational design of the sport of high-performance systems cannot explain the difference in your success. Like most systems provides a spectrum of support similar, it can be argued that one of the most decisive factors, which affect the performance of a system for high-performance sport, is now the way services are organized and administered. The study aimed to describe the policies of high performance sport in Brazil through their actions for the detection and development of athletes performance. For this, we defined four major areas considered by experts as key to the success of a elite sport policy: athletic talent detection and training, sports science, the infrastructure for training, financial support and post-career of athletes. This study, which focused on the actions of support and in politics in general related to High Performance Sport noted the concern of the Ministry of Sports in policies to foster the development of the Brazilian elite sport. The work also showed that, for Brazil to become an Olympic power, public investment should be directed towards the creation of an effective system that fosters detection, referral, training, development and improvement of athletes from various Olympic disciplines. And in this system must include actions aimed at increasing the number of practitioners of different sports, as well as an effective system for identifying and developing sporting talent and appropriate sports facilities so that athletes can have where to train properly.

Key words: sport management, sporting success, governmental actions, elite athlete.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Níveis de fatores que influenciam o sucesso esportivo internacional.....	21
Figura 2 - Gráfico em radar para o Brasil da avaliação dos nove pilares que levam ao sucesso esportivo internacional com relação aos demais países avaliados.....	33
Figura 3 – Estrutura brasileira de organização esportiva.....	42
Figura 4 – Montante aplicado no esporte de alto rendimento, por fontes de recursos federais.....	59
Figura 5 – Valores liquidados das despesas do ME para cada subfunção, no período de 2008 a 2012.....	61
Figura 6 – Créditos autorizados versus créditos empenhados versus pagamento no exercício nas ações 2358, 8003, 2456, 1055, 8766 e 09HW no Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento, de 2003 a 2009.....	64
Figura 7 - Créditos autorizados versus Créditos Empenhados versus créditos liquidados nas ações 2358, 8003, 2456, 1055, 8766 e 09HW no Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento, de 2003 a 2009.....	65
Figura 8 - Histórico de repasse de recursos aos NEBs pelo Ministério do Esporte, de 2006 a 2009.....	78
Figura 9 - Recursos repassados pelo Ministério do Esporte à Rede Censp, de 1995 a 2009.....	81
Figura 10 - Histórico de avaliações de atletas realizadas pela Rede Censp, de 2005 a 2009.....	81
Figura 11 - Histórico da quantidade de Bolsas-Atleta concedidas por ano e número de modalidades atendidas, de 2005 a 2009.....	85
Figura 12 - Recursos federais totais destinados ao programa Bolsa Atleta entre os anos de 2008 e 2013.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBD – Confederação Brasileira de Desporto
CENESP - Rede de Centros de Excelência Esportiva
COB - Comitê Olímpico Brasileiro
CDDDB – Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro
CBC – Confederação Brasileira de Clubes
COI – Comitê Olímpico Internacional
CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro
CSD – Conselho Superior de Desportos
EAR – Esporte de Alto Rendimento
FIFA - *Fédération Internationale de Football Association*
FUNDESP – Fundo Nacional do Desenvolvimento do Desporto
IAE – Instituto Australiano do Esporte
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ME – Ministério do Esporte
NEBs – Núcleos Esportivos de Base
PPA – Plano Plurianual
PIB – Produto Interno Bruto
RDA – República Democrática Alemã
SPLISS – *Sport Policy Factors Leading to International Sporting Success*
SNEAR – Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento
TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVO GERAL	16
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
2. METODOLOGIA	17
3. REVISÃO DE LITERATURA	20
3.1 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	
3.1.1 Classificação dos Fatores que Levam ao Sucesso no Esporte de Alto Rendimento	20
3.1.2 Fatores Políticos Esportivos que Contribuem para o Sucesso no Esporte de Alto Rendimento.....	25
3.1.3 Modelos do Esporte de Alto Rendimento.....	37
3.2 VISÃO GERAL DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO NO BRASIL	41
3.2.1 Estrutura Organizacional para o Esporte de Alto Rendimento no Brasil	41
3.2.2 Panorama Histórico da Legislação Esportiva no Brasil	45
3.2.3 Justificativa da Atuação Estatal no Esporte de Alto Rendimento	53
3.2.4 Fontes de Financiamento Público Federal para o Esporte de Alto Rendimento.....	58
3.2.5 Análise Orçamentária do Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento.....	61
4. PROGRAMAS E AÇÕES DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO DO BRASIL	67
4.1 DETECÇÃO E FORMAÇÃO DE TALENTOS ESPORTIVOS	67
4.1.1 Grande contingente de crianças/jovens sem acesso à iniciação da prática esportiva	70
4.1.2 Escolas públicas desvinculadas da iniciação esportiva	71
4.1.3 Dificuldade de Acesso a Clubes.....	75
4.1.4 Inexistência de um Sistema Nacional de Detecção de Talentos Esportivos	76
4.2 CIÊNCIA DO ESPORTE.....	79
4.3 APOIO FINANCEIRO PRESTADO PELO MINISTÉRIO DO ESPORTE AOS ATLETAS	83
4.4 PERSPECTIVA DO PÓS-CARREIRA DOS ATLETAS	87
4.4.1 Dificuldades de Conciliação Entre Educação Formal e o Desenvolvimento do Atleta	88
4.4.2 Dificuldade do Atleta em Permanecer Trabalhando no Esporte Após o Fim da Carreira Esportiva.....	89
4.5 INFRAESTRUTURA DE TREINAMENTO	90
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	96

1. INTRODUÇÃO

O esporte de alto rendimento (EAR) compreende todas as atividades esportivas fundamentadas na competição, tendo dentre seus propósitos fundamentais a busca do recorde e da vitória. Ele pode ser definido como aquele no qual o atleta busca alcançar os melhores níveis de desempenho, obtendo assim bons resultados coletiva e/ou individualmente (DE ROSE, DESCHAMPS e KORSAKAS, 1999).

As condições ambientais adequadas para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento englobam os aspectos referentes ao treinamento esportivo (anos de treinamento, qualidade das instalações esportivas, qualidade do professor/técnico), às condições psico-socio-econômicas (apoio dos pais, técnicos e colegas, condições financeiras para treinar, apoio médico), assim como ao sistema organizacional nacional do esporte na sociedade (VAN ROSSUM, 2004).

Estudos apontam diversos fatores que influenciam a questão do sucesso esportivo (BÖHLKE & ROBINSON, 2009; CONZELMANN & NAGEL, 2003; DE BOSSCHER et al., 2008; DUFFY et al., 2001; GIBBONS et al., 2003; GOULD et al., 2002; GREENLEAF et al., 2001) e, muitos desses fatores críticos influenciam o rendimento do atleta na busca de resultados para o sucesso esportivo de uma nação.

Por exemplo, Green e Oakley (2001), a partir de estudos baseados nas potências Olímpicas, chegaram a dez fatores que envolvem desde a sistematização esportiva local até o planejamento para quando o atleta encerrar sua carreira esportiva. Já no estudo de De Bosscher et al. (2008), os autores identificaram nove pilares que podem explicar o sucesso esportivo de uma nação. Contudo, para que estes fatores sejam percebidos pelos atletas, é necessário a confluência das políticas públicas na disponibilização dos recursos financeiros juntamente a uma estruturação de todo o sistema esportivo para que haja percepção positiva no trabalho e nos resultados alcançados pelos atletas.

A sistematização da estrutura organizacional de diferentes países reflete-se em bons resultados esportivos internacionais. Os países que alcançam sucesso internacional no esporte de alto nível possuem planos de ações nacionais, sejam esses gerenciados pelo governo, por entidades esportivas, ligas nacionais ou institutos nacionais de esporte, que são elaborados de

maneira central, e aplicados em todo o território nacional (GREEN & OAKLEY, 2001; GREEN, 2004; DE BOSSCHER *et al.*, 2008; HOULIHAN & GREEN, 2008).

Diferentes estudos buscam compreender o funcionamento de programas esportivos em diferentes países e, principalmente, naqueles com destaque no contexto internacional (GREEN & OAKLEY, 2001; DIGEL, 2002a, 2002b; ZIEMMAINZ & GULBIN, 2002; THUMM, 2006; BERGSGARD *et al.*, 2007; HOULIHAN *et al.*, 2008; HOULIHAN & GREEN, 2008; DE BOSSCHER *et al.*, 2008; DE BOSSCHER, *et al.*, 2009; VAEYENS *et al.*, 2009; DE BOSSCHER *et al.*, 2010).

Nessas pesquisas são analisadas as políticas do esporte de alto rendimento dos países, a fim de buscar o entendimento dos vários aspectos que envolvem os seus sistemas esportivos. Os resultados desses estudos apontam que é possível identificar particularidades de acordo com cada país, como também, ações semelhantes entre eles, indicando a existência de pontos comuns relevantes no desenvolvimento do esporte de alto nível que devem ser destacados e valorizados.

Em diversos países, a estrutura organizacional voltada à implantação e controle de uma política esportiva é definida por programas desenvolvidos pelo governo ou por entidades governamentais que visam desenvolver o esporte como um todo (DIGEL, 2002a). Para Green e Oakley (2001), a estruturação do esporte nacionalmente, com o entendimento claro do papel de cada entidade esportiva e a centralização de ações é fundamental para o sucesso esportivo internacional. Na análise de Digel (2002b), a interação entre fatores da sociedade de forma geral e aspectos específicos do esporte é de grande importância, pois é ela que determina a forma pela qual cada país sistematizará o esporte nacionalmente.

Para um país atingir o sucesso no esporte internacional, é necessário que existam determinadas organizações que exerçam a função de gerenciamento do sistema esportivo nacional, principalmente na elaboração de programas de desenvolvimento de atletas, leis e diretrizes que promovam o esporte de alto rendimento (HOULIHAN, B; GREEN, 2008). Essas organizações podem ser divididas em entidades de prática esportiva (clubes, escolas e academias) e em entidades de organização esportiva (Ministério, comitês nacionais e confederações) (ROCHE, 2002).

Desta forma, tanto as entidades de prática quanto as entidades de organização têm um papel fundamental no desenvolvimento do esporte de um país, pois são elas as responsáveis por favorecer a interação entre os fatores que contribuem para o sucesso no esporte (DE BOSSCHER *et al.*, 2009; DIGEL, 2002a; GREEN; OAKLEY, 2001; HOULIHAN; GREEN, 2008; RIBEIRO, 2012). Entre os principais fatores citados pelos autores estão os fatores

políticos e econômicos, sistema de mídia em massa, sistema educacional, governança, ciência, forças armadas, instalações esportivas, assim como o sistema de identificação e desenvolvimento de talentos. Além da interação desses fatores, uma comunicação eficiente entre as entidades esportivas aumenta as chances de obtenção de sucesso esportivo (MEIRA et al., 2012).

O esporte brasileiro passa por um período extremamente importante, pois realizou os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro em 2007 e a Copa do Mundo FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*) em 2014 e está se preparando para receber os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro em 2016. Lembrando ainda dos Jogos Mundiais Militares sediados também pela cidade carioca em 2011, e a Copa das Confederações em 2013.

No entanto, o Brasil é um país que não apresenta resultados expressivos em campeonatos mundiais na maioria das modalidades esportivas, assim como nos Jogos Olímpicos (23ª colocação nos Jogos Olímpicos de Beijing em 2008 e 22ª colocação nos Jogos Olímpicos de Londres em 2012). Esse desempenho esportivo do Brasil pode ser explicado por uma série de fatores, que inclui entre eles a falta de programas eficientes desenvolvidos pelas entidades de organização esportiva para a identificação, o desenvolvimento e suporte de talentos do esporte (MEIRA, 2011).

Pelo fato do país ter assumido um destaque maior na organização de eventos esportivos internacionais, muitas possibilidades e desafios surgiram. Uma das grandes oportunidades é que o esporte brasileiro possa sofrer transformações importantes. A expectativa relacionada a tais acontecimentos é de que a realidade esportiva brasileira possa sofrer avanços qualitativos e quantitativos, incluindo uma melhora na organização e planejamento da política voltada ao esporte de alto rendimento, por meio de programas e ações que sejam eficazes.

Parece hoje que o desenho organizacional de sistemas de esporte de alto-rendimento não pode mais explicar as diferenças no seu sucesso. Como a maioria dos sistemas fornece um espectro de apoio (suporte) similar, pode-se argumentar que hoje um dos fatores mais decisivos, e que afeta o desempenho de um sistema de esporte de alto-rendimento, é a forma como os serviços são organizados e administrados (DE BOSSCHER et al., 2008).

A política para o esporte no Brasil encontra-se, atualmente, em fase de desenvolvimento. Nos últimos anos, houve uma preocupação crescente do governo no sentido de ampliar a sua participação nas três diferentes vertentes esportivas: o alto rendimento, o esporte escolar e o esporte para todos. No que concerne ao alto rendimento, a criação do Ministério do Esporte em 2003 e de sua Secretaria de Esporte de Alto Rendimento significou um grande passo nesta direção.

Nesse sentido, a partir da criação da Política Setorial de Esporte de Alto Rendimento (BRASIL, 2006b), das Conferências Nacionais de Esporte (BRASIL, 2004; 2006a; 2010), e da escolha do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, o interesse, a expectativa e a busca pelo sucesso esportivo, a fim de que o Brasil se torne uma potência olímpica aumentou.

Assim, devido à carência de pesquisas no Brasil relacionadas com políticas esportivas para o alto rendimento e dada a necessidade de estruturação esportiva em nível nacional, consideramos esse trabalho como forma de oferecer subsídios que possam ser adotados no desenvolvimento das políticas voltadas ao esporte de alto rendimento.

Ao se descrever e analisar a política do esporte de alto rendimento do Brasil tem-se a intenção de problematizar e compreender o fenômeno em tela, visando à construção de uma perspectiva de interpretação da realidade. Não obstante, torna-se necessário proceder a uma descrição e análise das ações de apoio e desenvolvimento ao esporte de alto rendimento no Brasil, com base em uma visão crítica e reflexiva, a fim de interpretar a seguinte questão: de que forma as ações adotadas pelo país, voltadas ao esporte de alto rendimento, estão favorecendo a detecção e o desenvolvimento de atletas de rendimento?

Para isto, definiram-se quatro grandes eixos considerados por especialistas como fundamentais para o sucesso de uma política de EAR: a detecção e a formação de talentos esportivos, a ciência do esporte, a infraestrutura para treinamento, o apoio financeiro e a pós-carreira dos atletas (OAKLEY & GREEN, 2001; DIGEL, 2002; GREEN & HOULIHAN, 2005; DE BOSSCHER et al., 2008).

A revisão de literatura, os resultados e a discussão estão divididas em duas partes e estão apresentadas de acordo com os objetivos da pesquisa. Numa primeira parte, está apresentada a revisão sobre os fatores que influenciam e contribuem para o sucesso no esporte de alto rendimento de um país seguida de um panorama geral sobre o esporte de alto

rendimento no Brasil (legislação e fontes de financiamento público federal para o esporte de alto rendimento). Após então, em uma segunda parte, está descrita e feita uma análise com relação às questões referentes aos seguintes aspectos: i) detecção de atletas; ii) apoio financeiro aos atletas; iii) suporte e perspectiva pós-carreira aos atletas; iv) infraestrutura de treinamento e v) pesquisa científica no esporte.

1.1 OBJETIVO GERAL

Descrever e analisar as políticas de esporte de alto rendimento do Brasil por meio de suas ações para a detecção e desenvolvimento de atletas de rendimento.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Apresentar os fatores que contribuem para o sucesso no esporte de alto rendimento;
- b) Descrever a estrutura organizacional do sistema esportivo brasileiro;
- c) Identificar na legislação brasileira os aspectos referentes ao esporte de alto rendimento;
- d) Apresentar como estão sendo conduzidas as ações de detecção de talentos esportivos no Brasil;
- e) Descrever como a ciência do esporte tem auxiliado no desenvolvimento de atletas de rendimento;
- f) Apresentar o apoio financeiro oferecido pelo país aos atletas e as perspectivas para seu pós-carreira;
- g) Descrever a situação da infraestrutura de treinamento existente no país para o desenvolvimento e preparação dos atletas;
- h) Analisar as informações e dados afim de, modo crítico, traçar um olhar sobre o esporte de alto rendimento no Brasil.

2. METODOLOGIA

O presente estudo, de abordagem qualitativo-quantitativa, é caracterizado como descritivo, pois tem como objetivo expor as características do fenômeno estudado, e exploratório, com análise qualitativa, sendo realizado através de pesquisa bibliográfica e análise documental. No que toca aos procedimentos, a investigação pode ser caracterizada como quantitativo-qualitativa e de cunho documental, uma vez que busca levantar aspectos gerais do objeto de estudo em documentos oficiais e registros arquivados (Gil, 2002, p.45) junto ao Ministério do Esporte e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, tendo como modelo os procedimentos preconizados por Bardin (2006). Os documentos foram escolhidos conforme sua capacidade de disponibilizar informações relevantes para responder as questões de pesquisa. As questões de pesquisa norteadoras do projeto estão descritas abaixo:

- a) Como estão sendo conduzidas as ações de detecção de atletas de rendimento no Brasil?
- b) Como a ciência do esporte vem auxiliando no desenvolvimento de atletas e, em que medida, tem conseguido atender às expectativas da comunidade esportiva?
- c) De que forma vem sendo conduzido o suporte financeiro prestado ao atleta pelo governo federal e quais as perspectivas para sua pós-carreira?
- d) Qual a situação da infraestrutura de treinamento existente no país para o desenvolvimento e a preparação de atletas?

A pesquisa bibliográfica foi feita em fontes primárias tais como livros, revistas científicas, produções acadêmicas e artigos de revisão, tanto de forma impressa quanto eletrônica. A pesquisa documental foi feita em documentos de fonte primária disponíveis eletronicamente nos portais virtuais de órgãos públicos, e em documentos de fonte secundária como relatórios analíticos ou resumos realizados a despeito de documentos oficiais. Na análise documental foram considerados os documentos oficiais referentes à política do esporte de alto rendimento do Brasil dos poderes executivo e legislativo do governo federal, visto que o poder judiciário não nos pareceu capaz de fornecer informações relevantes para a pesquisa.

O presente estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa documental visando obter a documentação oficial do Governo Federal e a análise de conteúdo foi utilizada para o entendimento dessa documentação, buscando a geração de uma resposta ao questionamento inicial da pesquisa. A análise de conteúdo é definida por Bardin (2010), como:

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Foi realizada pesquisa documental nos órgãos governamentais e não governamentais acerca das questões avaliadas. O presente estudo se concentrou na atuação da Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento e do Ministério do Esporte sobre o esporte de alto rendimento. Apesar de o futebol também ser uma modalidade olímpica e ser considerado esporte de rendimento, não foi incluído no trabalho devido às especificidades que possui em nosso país, sobretudo em termos de massificação da prática e da profissionalização dos atletas. Foram analisadas as ações de órgãos governamentais e/ou entidades nacionais do esporte de alto nível.

O escopo de análise desta pesquisa é o período de 2004 a 2012, ou seja, os últimos dois ciclos olímpicos. No entanto, também apresentamos dados dos anos anteriores das fontes de financiamento disponíveis.

Foram utilizadas como fontes diversos documentos oficiais referentes à política voltada para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no Brasil, disponibilizados tanto impressos quanto eletronicamente. Dentre eles podemos citar: a) o *site* do Ministério do Esporte; b) o Plano Plurianual de 2008-2011 e 2012-2015; c) o Relatório de Auditoria sobre o Esporte de Alto Rendimento do Tribunal de Contas da União do ano de 2011; d) leis e decretos; e) documentos oficiais de prestação de contas do Governo Federal para visualizar como foram e/ou estão sendo empregados os recursos públicos; f) relatórios das Conferências Nacionais do Esporte; g) Portal da Transparência do Governo Federal; h) Relatórios de gestão do ME e do COB.

Para a análise de conteúdo, foram criadas categorias a priori, baseadas inicialmente na literatura específica da área. A partir disso, foi feita a seleção dos documentos (documentos oficiais e não oficiais, e entrevistas) que foram submetidos à categorização, por meio de uma leitura flutuante. Dessa maneira foi criado o “corpus” do trabalho, que segundo Bardin (1977)

é o “conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”.

Na fase de exploração do material selecionado, foi feita a codificação, que, para Bardin (1977), é o "processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo". Para isso, primeiramente foi feito o recorte, ou seja, a escolha das unidades, para posterior contagem, classificação e agregação conforme a categoria identificada.

Por fim, foi realizado o tratamento dos dados categorizados. Foram estabelecidas ligações dentro das categorias e relações entre elas, a fim de alcançar os objetivos propostos. Seguindo essa lógica, Bardin (1977) acredita que, neste momento, o investigador poderá propor inferências e interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.

3. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura está dividida em duas partes. Na primeira parte buscou-se, a partir de um levantamento extenso da literatura, entender mais sobre os fatores políticos esportivos que envolvem o sucesso de um país no esporte de alto rendimento. Essa parte está dividida em: 1) classificação dos fatores; 2) fatores que contribuem para o sucesso esportivo internacional; 3) modelos de política para o esporte de alto rendimento e considerações. Já na segunda parte da revisão, o objetivo foi o de traçar um panorama sobre a forma como é organizado o esporte de alto rendimento no Brasil. Para isso, foram descritas 1) a estrutura organizacional do esporte no país; 2) as principais legislações que envolvem o esporte no Brasil; 3) a justificativa da atuação estatal no EAR e 4) as fontes de financiamento público federal para o EAR.

3.1 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O SUCESSO NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

3.1.1 Classificação dos Fatores que Levam ao Sucesso no Esporte de Alto Rendimento

Há uma série de fatores que levam ao sucesso esportivo internacional. Desempenhos em esportes de alto nível são uma combinação de características genéticas e de circunstâncias ambientais e físicas em que as pessoas vivem (SEPPÄNEN, 1981).

De Bosscher et al., (2008) a partir de uma extensa revisão da literatura, mostraram que há uma série de fatores amplamente aceitos e estabelecidos que determinam o sucesso no esporte de alto rendimento. Para classificar esses fatores, três níveis foram estabelecidos:

Figura 1. Níveis de fatores que influenciam o sucesso esportivo internacional

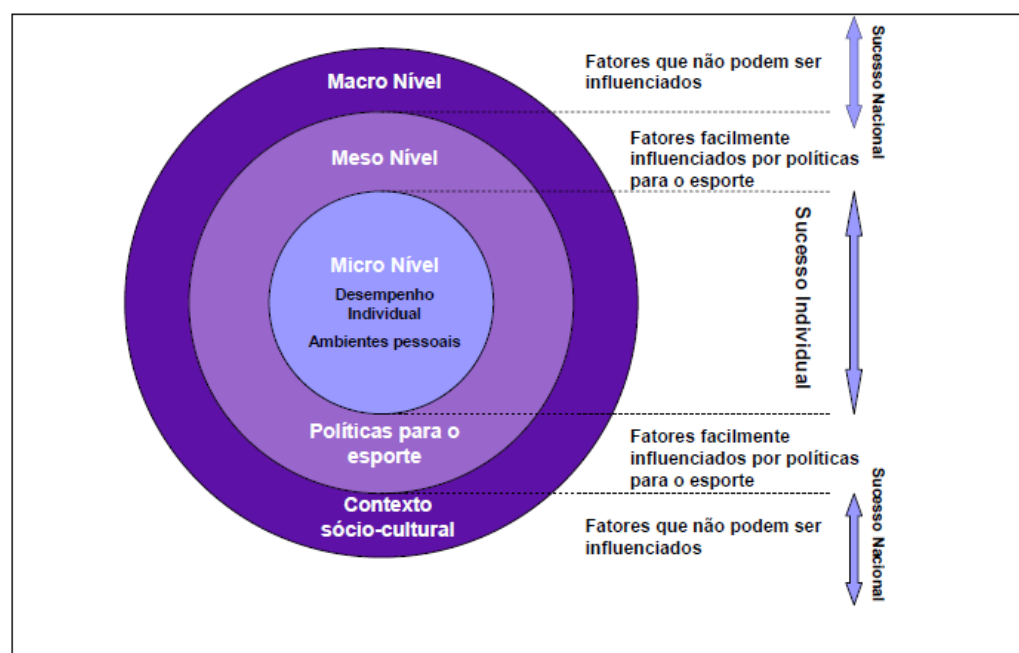


Figura adaptada de De Bosscher et al., 2008.

O macro nível diz respeito ao contexto social e cultural em que as pessoas vivem. Ele engloba fatores como bem-estar econômico, tamanho da população, características territoriais e climáticas do país, grau de urbanização, sistema político e sistema cultural. Diversas pesquisas têm demonstrado que o sucesso do esporte de alto rendimento internacional é amplamente determinado pelos macrofatores, uma vez que este nível tem influência direta nos outros níveis (BALL, 1972; BERNARD & BUSSE, 2000; VAN BOTTENBURG, 2000; DE BOSSCHER et al., 2003). No entanto, uma característica comum desses fatores é que eles estão em grande parte fora do controle dos formuladores de políticas e dos sistemas políticos.

Um consenso entre os pesquisadores é de que os fatores de nível macro, tais como população e PIB estão se tornando preditores não tão bons de desempenho do esporte de alto rendimento quanto eram antigamente. A principal razão para este ponto de vista é que, como os países têm se tornado mais estratégicos na forma de produzir seus atletas, eles contam menos com variáveis não controladas, e mais com aquelas que são amplamente consideradas como sendo os componentes fundamentais de um sistema de desenvolvimento de atletas para esporte de alto rendimento (GREEN & OAKLEY, 2001). Entretanto, fatores no nível macro ainda respondem por 50% do sucesso olímpico (STAMM & LAMPRECHT, 2001; DE BOSSCHER et al., 2003).

O nível intermediário é chamado de meso nível. Ele envolve políticas do respectivo governo voltadas para o esporte de alto rendimento, que incluem os aspectos referentes aos recursos, aos programas e as estratégias que podem influenciar o processo de desenvolvimento esportivo de um país em longo prazo. Este é o nível em que as políticas esportivas desempenham papel fundamental. Fatores no nível meso são total ou parcialmente determinados pelas políticas de esportes. Os atletas de alto nível terão uma maior chance de sucesso dependendo da eficácia da política e do investimento no nível meso feito no esporte de alto rendimento. Tendo em conta todos os diversos fatores que determinam o sucesso do esporte de alto rendimento, os fatores de nível meso são os únicos que podem ser influenciados e alterados.

A análise no meso nível em cada país possibilita a comparação de estruturas esportivas de diferentes países no sentido de compreender os fatores determinantes do desenvolvimento do esporte de alto nível. Dito isso, a seguir, a partir da literatura existente, será apresentado um resumo da literatura no nível meso que conterà uma categorização das áreas das políticas esportivas que devem ser contempladas como os condutores na busca de sucesso esportivo internacional.

Estes estudos podem ser classificados em três grandes tipos. O primeiro tipo de estudo é constituído por aqueles que têm como foco a descrição do contexto organizacional dos países. A maioria dessas pesquisas não compara as políticas esportivas para o esporte de alto rendimento, mas sim simplesmente a descreve. Nesse sentido, uma quantidade considerável de trabalhos foi feita sobre os diversos aspectos da prática esportiva nos antigos Estados comunistas (KRÜGER, 1984; BROOM, 1986, 1991; BUGGEL, 1986; DOUYIN, 1988;; RIORDAN, 1989, 1991; SEMOTIUK, 1990; SEDLACEK ET AL., 1994). Os países do antigo bloco soviético, sem dúvida, desempenharam um papel importante no desenvolvimento atual do esporte de alto rendimento. Como Houlihan (1997) observa, "países como a Austrália e o Canadá adotaram políticas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento que são muito próximas, em vários aspectos, daquelas adotadas pelo modelo soviético". As características comuns desses sistemas de esporte de alto rendimento encontrados por esses autores foram:

1. Reconhecimento da educação física e do esporte por lei.
2. Identificação de talentos pela escola.
3. Elevada frequência de treinamento incorporado ao sistema escolar.
4. Sistemas de formação e de qualificação para os treinadores profissionais.
5. Programas de apoio financeiro.
6. Alta prioridade da investigação científica aplicada.
7. Uma rede de medicina esportiva.

O segundo tipo de estudo fez uso de pesquisas sobre os sistemas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento, para investigar os fatores que contribuem para o sucesso internacional (CLUMPNER, 1994; LAROSE & HAGGERTY, 1996; OAKLEY & GREEN, 2001). Larose e Haggerty (1996) encontraram nove categorias de fatores importantes que pudessem determinar o sucesso, e apresentaram estes a 15 especialistas canadenses, que concluíram que um único modelo de fatores que leva ao sucesso não existe.

Clumpner (1994) utilizou o trabalho do Broom (1991) como base e sugeriu três principais fatores responsáveis pelo sucesso internacional: (1) apoio financeiro para equipe e para centros de treinamento, (2) um sistema integrado de esporte olímpico e (3) talento esportivo. Ele continua a descrever e ampliar estes três fatores principais com fatores subsidiários que podem ser encontradas em nível meso: tempo para treinamento, treinadores capacitados e habilitados em tempo integral, medicina esportiva, competição internacional, identificação precoce de talentos esportivos, o acesso de todos ao esporte e uma boa rede de comunicação com linha ininterrupta através do sistema.

Estes três estudos (LAROSE & HAGGERTY, 1996; CLUMPNER, 1994; OAKLEY & GREEN, 2001) fornecem uma base para o entendimento de fatores que explicam o sucesso esportivo internacional. Os autores descobriram uma tendência em desenvolver estratégias em comum nesses países. No entanto, há espaço para a diversidade e variação. Entretanto, de acordo com a Oakley e Green (2001) "mais pesquisas são necessárias para entender melhor 'como' e 'por que' essa tendência ocorre".

Este terceiro tipo de estudo foca no nível micro. Ele compreende fatores que tem relação com característica individual e ambiente pessoal do atleta. Envolve o planejamento do treinamento e o desenvolvimento de cada atleta. No nível micro alguns fatores podem ser controlados (como técnicas de treinamento ou táticas) e outros não (como a genética).

O único elemento crucial que faltou em todas as tentativas anteriores a fim de modelar políticas esportivas para o sucesso no esporte de alto rendimento foi o envolvimento de atletas e treinadores como as principais partes interessadas. Diversas pesquisas tentaram entender os fatores que influenciavam o sucesso individual dos atletas, tanto positiva como negativamente (VAN BOTTENBURG, 2000; DUFFY ET AL., 2001; GREENLEAF ET AL., 2001; NYS ET AL., 2002; CONZELMANN & NAGEL, 2003; GIBBONS ET AL., 2003; UNIERZYSKI ET AL., 2003; DE BOSSCHER & DE KNOP, 2003 e 2004; VAN BOTTENBURG ET AL., 2004).

Em três estudos comparáveis de maneira geral em nível micro (GIBBONS et al., 2003; DUFFY et al., 2001; DE KNOP et al., 2004), uma pergunta aberta foi utilizada para identificar o que os atletas consideravam determinantes para o sucesso no esporte. Em todos esses estudos, o tema comum foi que a condição mais importante e necessária para o sucesso no esporte seria a dedicação pessoal e motivação do atleta. Outro fator que também foi listado pelos atletas como fundamental, pode ser classificado como "ambiente pessoal de um atleta", e incluem variáveis como pais, companheiro e treinador. No nível meso, os atletas destacaram a importância da qualidade do treinamento e de seus técnicos frente aos outros fatores. A importância do apoio financeiro, da oferta e disponibilização de instalações e equipamentos esportivos adequados, e oportunidades de treinamento e participação em competições apareceram em todos os estudos. Portanto, a partir de uma perspectiva política, o apoio ao atleta deve ser fornecido a fim de maximizar a influência de fatores pessoais positivos. Ter o talento, o espírito e a dedicação continuam sendo essenciais para o esporte de alto rendimento, porém, fatores no nível meso estão tendo efeitos cada vez maiores e mais significativos sobre as chances de sucesso de um atleta.

É importante ressaltar então que os estudos realizados no nível micro também dão informações interessantes sobre algumas das principais responsabilidades das políticas desportivas no caminho do atleta até o topo. Estudos em nível micro são, portanto, também interessantes, porque pode haver uma repercussão no nível meso.

Inevitavelmente esses três níveis interagem e nenhum fator pode ser totalmente isolado dos contextos sociais e culturais das nações. Conseqüentemente, há uma sobreposição entre os níveis meso e macro. Nesta sobreposição estão incluídos, entre outros fatores: o papel do sistema de ensino; o setor privado como um parceiro no esporte; a cultura dos esportes de alto rendimento e a tradição de certos esportes em um país, e os meios de comunicação como promotora de interesse no esporte. Esses fatores têm um efeito enorme sobre o desenvolvimento do esporte de alto rendimento. No entanto, como eles não podem ser influenciados diretamente pela política desportiva, eles não serão discutidos neste trabalho.

A partir da classificação dos fatores que levam ao sucesso esportivo internacional, podemos observar diferentes pesquisas que buscaram comparar e descrever as políticas voltadas para o esporte de alto rendimento (nível meso) em diferentes países. Esses trabalhos que tiveram por objetivo descrever e comparar as estruturas e organização esportiva de países com sucesso no cenário internacional podem fornecer subsídios para que cada país fortaleça sua própria estrutura e organização para o esporte, assim como possa utilizar os fatores positivos para estabelecer um modelo esportivo de acordo com a sua realidade social, econômica e cultural.

3.1.2 Fatores Políticos Esportivos que Contribuem para o Sucesso no Esporte de Alto Rendimento

A competitividade das nações no esporte, estudada por meio de pesquisas comparativas das políticas para o esporte de alto rendimento é um tema atual da Ciência do Esporte no contexto internacional. A estrutura e a organização de sistemas de esporte de alto rendimento além do funcionamento de programas esportivos em diferentes países, principalmente, naqueles com destaque no contexto internacional, tem sido foco de muitos estudos nos últimos anos (DIGEL 2001; 2003; 2002; 2004; 2005; DIGEL AND BURK 2001; GREEN AND OAKLEY 2001; ZIEMMAINZ & GULBIN, 2002; DE BOSSCHER ET AL. 2003; 2005; 2008; 2009; DELOITTE & TOUCHE 2003; THUMM, 2006; HOULIHAN & GREEN, 2008).

Dois grandes (principais; importantes) casos (eventos) fizeram com que pesquisadores e gestores se interessassem em investigar tais sistemas. O primeiro foi o sucesso desportivo que a extinta República Democrática Alemã (RDA) obteve entre os anos 1970 e 1980, na qual se sugeriu que uma abordagem organizada para o apoio do esporte de alto rendimento poderia resultar em uma produção sistemática de atletas de sucesso internacional. O segundo, e talvez mais importante evento foi o sucesso que o Instituto Australiano de Esporte (IAE) obteve a partir da preparação para os Jogos Olímpicos de Verão de 2000. Como os principais elementos (características) do IAE foram baseados no sistema da ex - RDA, o sucesso (êxito) australiano sugeriu que é possível alcançar sucesso esportivo semelhante ao da antiga União Soviética se características do modelo original forem aplicadas a outro ambiente político, econômico, cultural e esportivo (BOHLKE et al., 2006).

Os casos da ex – RDA e do IAE marcam, de certa forma, o ponto de partida da “corrida esportiva mundial” (*global sporting arms race*) (OAKLEY & GREEN, 2001) de países – e de seus sistemas do esporte de alto-rendimento – para as melhores posições no quadro de medalhas.

Conquistar uma medalha nos principais eventos esportivos internacionais é o desejo de muitos países e atletas. Para obter os melhores resultados nesses eventos esportivos é fundamental que no país exista uma interação eficiente entre alguns fatores, como, por exemplo, o papel da mídia, a ciência, as políticas e os programas de desenvolvimento de atletas (GREEN e OAKLEY, 2001; DIGEL, 2002; HOULIHAN & GREEN, 2008; BÖHLKE; ROBINSON, 2009; DE BOSSCHER et al., 2009; ROBINSON & MINIKIN, 2011).

De acordo com Sotiriadou e Shilbury (2009), um dos principais fatores para o sucesso de alguns países em importantes competições internacionais está relacionado com o montante de recursos que os países investem na promoção da excelência no esporte e na eficiência com que esses recursos são utilizados.

Para que os recursos sejam aplicados de maneira eficiente, é necessário que o país tenha uma estrutura e uma organização favorável para o esporte de alto rendimento, de preferência estabelecidas por uma política de Estado. Por isso, a utilização de estratégias de governança pelas entidades de organização esportivas nacionais como o Ministério do Esporte, as confederações, as ligas e as associações esportivas têm um papel fundamental para o esporte nacional. A governança pode ser definida como a determinação de linhas gerais de

uso dos recursos da entidade e a resolução dos conflitos entre os participantes nas entidades (DAILY et al., 2003).

Vários estudos têm tentado explicar as diferenças no sucesso olímpico de nações pelos determinantes socioeconômicos, tais como riqueza, população e extensão territorial. Entretanto, esses fatores estão fora do controle das políticas esportivas em curto prazo. Os estudos voltados à busca de resultados entre nações têm revelado que o tema é tratado de forma quase que simplória por meio do Produto Interno Bruto (PIB) e o quadro de medalhas (DE BOSSCHER et al., 2008). Mesmo havendo uma forte indicação de que estas variáveis, juntamente com outras (tamanho da população e o clima, por exemplo) contribuam com aproximadamente 50% do sucesso esportivo (DE BOSSCHER ET AL., 2006; 2008; 2009; SHIBLI & BINGHAM, 2008), é possível inferir que essa influência vem diminuindo enquanto preditor do sucesso no esporte de alto rendimento (SHIBLI & BINGHAM, 2008).

Tem havido uma série de tentativas de identificar os fatores que contribuem para o desenvolvimento bem-sucedido de atletas do esporte de alto rendimento. Nessa linha, pesquisas recentes compararam o sistema esportivo de diferentes países para identificar quais são os principais fatores da estrutura e a organização esportiva necessários para que um país possa atingir o sucesso no esporte, e assim, compará-los a fim de determinar as congruências e as divergências entre os mesmos (DIGEL, 2002a; DE BOSSCHER et al., 2009; GREEN; OAKLEY, 2001; HOULIHAN & GREEN, 2008).

Nessas pesquisas são analisadas as estruturas esportivas dos países, para valorizar/buscar o entendimento dos vários aspectos que envolvem os seus sistemas esportivos. Os resultados desses estudos apontam que é possível identificar particularidades de acordo com cada país, como também, ações semelhantes entre eles, indicando a existência de pontos comuns relevantes no desenvolvimento do esporte de alto nível que devem ser destacados e valorizados.

Embora os vários autores identifiquem um número diferente de elementos-chave em um sistema de desenvolvimento do esporte de alto rendimento bem-sucedido, há uma sobreposição considerável entre as análises. Em particular, é possível organizar os elementos ou características em três grupos distintos: contextual, por exemplo, a disponibilidade de financiamento / riqueza; processual, por exemplo, um sistema de identificação de talentos, determinando a base sobre a qual esporte, em especial, será oferecido apoio; e específico, por exemplo, instalações de treinamento para determinado esporte (QUADRO 1).

Quadro 1. Fatores que contribuem para o sucesso no esporte de alto rendimento (adaptado de Houlihan & Green, 2008).

Fatores	Oakley & Green	Digel	SPLISS Consortium	Green & Houlihan
Contextuais	Uma cultura de excelência Financiamento adequado	Apoio do Estado, especialmente financeiro Sucesso econômico e patrocínio empresarial Apoio da cultura esportiva pela mídia	Apoio financeiro Participação no esporte Pesquisa científica	Suporte para atletas “full - time”
Processuais	Entendimento claro do papel dos diferentes órgãos Simplicidade de administração Sistema eficaz de acompanhamento do progresso do atleta Identificação de talentos e direcionamento de recursos Sistema de planejamento abrangente para cada esporte Apoio ao estilo de vida	Desenvolvimento de talentos a partir do sistema educacional Desenvolvimento de talentos por meio das forças armadas	Sistema de identificação e desenvolvimento de talentos Suporte durante e após a carreira Abordagem integrada para desenvolvimento de políticas Disponibilização e desenvolvimento de treinadores	
Específicos	Programas competitivos bem estruturados Instalações específicas bem desenvolvidas	Serviços de apoio à ciência do esporte	Competições internacionais (participação e organização) Instalações de treinamento	Uma hierarquia de oportunidades de competição centrada na preparação para eventos internacionais Desenvolvimento de instalações para o esporte de alto rendimento Fornecimento de serviços de: apoio de treinamento, ciências do esporte e medicina esportiva

Fontes: Oakley & Green (2001); Digel (2002 a, b); Green & Houlihan (2005); e SPLISS Consortium (2006).

As dez características listadas no Quadro 1 para Oakley e Green (2001), representam abordagens comuns para melhorar o esporte de elite em vez de respostas para os elementos sociais, políticos e econômicos de cada país. Além disso, eles sugerem que existe uma tendência crescente para um modelo homogêneo de desenvolvimento do esporte de alto rendimento.

Este fenômeno pode ser ilustrado por um processo de globalização geral identificada por Oakley e Green (2001), que investigaram os sistemas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento em países considerados como “semiperiféricos” (ex- República Democrática Alemã e ex-União Soviética), e os países considerados “centrais” (Reino Unido, Espanha, França, Estados Unidos da América, Canadá e Austrália). Uma das justificativas para a pesquisa foi a escolha de países com sistemas políticos e econômicos diferentes: os países “semiperiféricos” eram originários de regimes socialistas e os países do “centro”, de regimes capitalistas. A proposta dos autores foi verificar as semelhanças na estrutura organizacional do esporte dos dois blocos, apesar da existência de diferenças sociais, culturais e históricas, além das políticas e econômicas. Um ponto comum observado entre os países estudados foi a existência de uma centralização das ações esportivas direcionadas para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, realizada por meio do governo ou órgãos e institutos governamentais, com exceção dos EUA, que apresenta centralização por um órgão não governamental. Segundo os autores, essa centralização poderia contribuir para uma comunicação eficiente entre as diferentes entidades, assim como prevenir a geração de conflitos de ações. Os autores identificaram dez fatores necessários para o sucesso esportivo de um país e que poderiam ser considerados como homogêneos nos países mencionados (Austrália, Canadá, França, Espanha e Reino Unido), a saber:

1. Entendimento claro sobre o papel das diferentes entidades envolvidas e uma comunicação efetiva na rede que mantém o sistema esportivo.
2. Simplicidade de administração por meio de ações esportivas e políticas comuns.
3. Sistema eficaz para a identificação e monitoramento do progresso de atletas talentosos e de elite.
4. Oferta de serviços desportivos para criar uma cultura de excelência na qual todos os membros envolvidos (atletas, treinadores, dirigentes, cientistas do esporte) possam interagir uns com os outros de maneira formal e informal.

5. Organização e participação em competições.
6. Instalações esportivas bem desenvolvidas e específicas, com prioridade de acesso para atletas de alto rendimento.
7. O direcionamento de recursos disponíveis em um número relativamente pequeno de modalidades esportivas, com identificação daquelas com chances reais de sucesso em nível mundial.
8. Planejamento claro e individualizado para as necessidades de cada modalidade esportiva.
9. Reconhecimento dos custos da excelência esportiva, com destinação de fundos para infraestrutura e pessoal;
10. Suporte durante a vida e na preparação profissional do atleta após o término da carreira esportiva.

Além desses fatores críticos-chave, os autores afirmaram que para um país atingir o sucesso esportivo, é preciso investir em ações que estimulam o processo (desenvolvimento) em vez do produto (resultado) (GREEN & OAKLEY, 2001). O produto será fruto de um processo de qualidade.

Em outra pesquisa que buscou descrever a estrutura organizacional do esporte de diferentes países, mas com o direcionamento para três pilares específicos, Digel (2002a) analisou a estrutura organizacional do esporte de oito países com resultados esportivos expressivos internacionalmente: EUA, Reino Unido, China, Alemanha, Rússia, França, Austrália e Itália.

Digel (2002a) considerou que a estrutura dos países pesquisados é baseada em três pilares: o primeiro é a sociedade em geral, como fonte para o sistema de esporte de elite; o segundo é o próprio sistema esportivo, e o terceiro, são as interações entre o sistema esportivo e o ambiente. Com relação ao terceiro pilar foram investigados seis fatores para o sucesso esportivo: o Papel da Política e do Estado; o Papel da Economia; o Papel da Mídia; o Papel da Educação; o Papel da Ciência e o Papel das Forças Armadas.

De acordo com os resultados obtidos, nem todos os países apresentam eficiência em todos os fatores observados. Nos EUA, por exemplo, o papel da escola no desenvolvimento esportivo da criança e do adolescente é “alto”, enquanto na Itália esse mesmo fator é “baixo”,

no entanto, o papel das forças armadas na Itália é “alto” e os EUA não se observa a presença das forças armadas para o desenvolvimento esportivo do país. Desta forma, de acordo com o autor, existe um mecanismo de compensação entre os fatores em cada país.

Digel (2002a; 2002b) concluiu que alguns pontos convergentes podem ser apontados em diferentes países quanto ao desenvolvimento do esporte, como por exemplo, a interação do sistema esportivo com a política e a economia do país; o papel das forças armadas e o sistema educacional; a pesquisa científica específica, o apoio do setor privado e da mídia em geral no desenvolvimento do esporte.

A análise de Digel (2002 a, b) incide mais no contexto em que um sistema eficaz de esporte de alto rendimento pode se desenvolver. Mas há uma clara sobreposição com a análise de Oakley e Green (2001), na medida em que o autor salienta a importância do apoio de uma cultura ao esporte, de apoio financeiro adequado, e de processos por meio dos quais talentos possam ser identificados e desenvolvidos.

O trabalho conjunto realizado pela *Vrije Univeriteit Brussel* (Bélgica), *UK Sport* (Reino Unido), *WJH Mulier Institut* (Holanda) e *Sheffield Hallam University* (Reino Unido), conhecido como SPLISS (*Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success*), comparou sistemas para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento em seis países (Reino Unido, Canadá, Itália, Noruega, Holanda e Bélgica) em relação a nove pilares (fatores) (DE BOSSCHER et al., 2008):

- I. Apoio financeiro, provavelmente oriundo do governo e das loterias;
- II. Política de esporte definida, que estabeleça a organização e estrutura adequadas, um bom sistema de comunicação e clara atribuição de responsabilidades;
- III. Cultura esportiva da população: uma base ampla de praticantes de esporte não é sempre uma condição para o sucesso, mas provê jovens talentos e oportunidade de treinamento e competição em diferentes níveis de habilidade;
- IV. Sistema de identificação e desenvolvimento de talentos;
- V. Apoio financeiro ao atleta e pós-carreira;
- VI. Centros de treinamento, que possibilite aos atletas a oportunidade de treinarem num ambiente de alto nível;

VII. Desenvolvimento de treinadores, incluindo sistemas de certificação;

VIII. Participação em competições internacionais, tendo em vista que os atletas necessitam medir seu progresso em relação aos rivais

IX. Ciência do esporte, incluindo a disseminação de pesquisas científicas nas áreas de identificação e desenvolvimento de talentos, apoio médico, nutricional e psicológico, fisiologia e biomecânica.

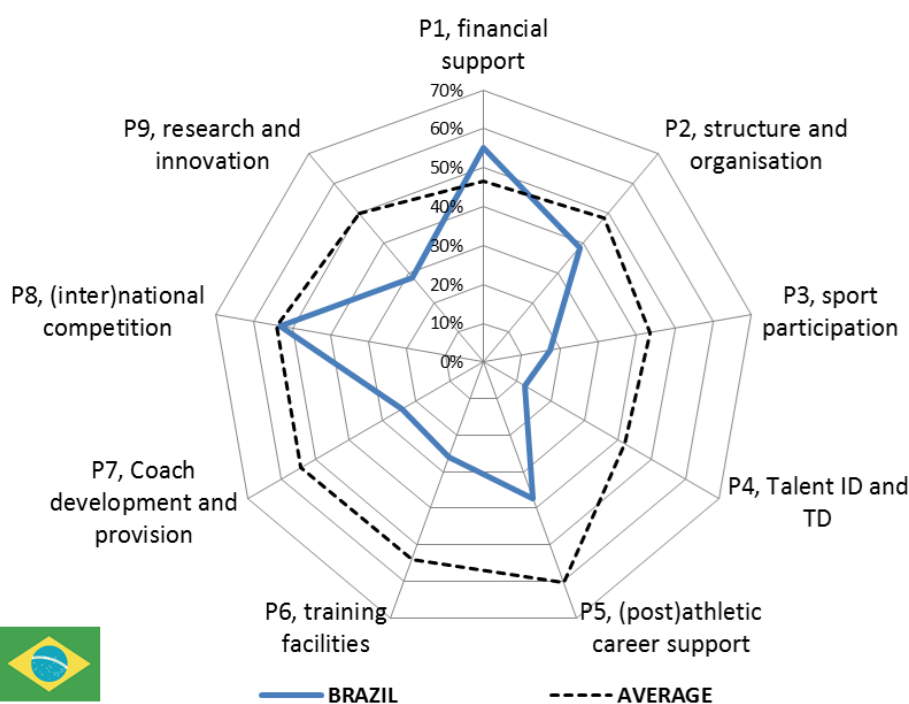
Os resultados iniciais do estudo foram “inconclusivos”, na medida em que não houve uma relação clara entre os fatores analisados e o sucesso do país no esporte de alto rendimento. No entanto, os autores observaram que os três países com maior sucesso nos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004, Itália, Reino Unido e Holanda, tiveram boas pontuações nos seguintes fatores: suporte financeiro; suporte ao atleta durante e após a carreira; instalações de treinamento e pesquisa científica (DE BOSSCHER et al., 2008).

Após essa primeira pesquisa, que contou com a participação de seis países, os autores realizaram uma segunda com a participação de 16 países (DE BOSSCHER, 2013), dentre eles, o Brasil. A pesquisa foi feita por meio de uma parceria entre a Universidade de São Paulo (USP) e o consórcio SPLISS “*Sports Policies Leading to Sporting Success*” (DE BOSSCHER et al., 2006) e aconteceu entre os anos de 2011 e 2013.

A pesquisa é fundamentada no modelo SPLISS, o qual é baseado em nove pilares que levam ao sucesso esportivo internacional. Eles têm como objetivo comparar e analisar as diferentes políticas de diferentes países voltadas para o esporte de alto rendimento (DE BOSSCHER et al., 2006).

Antes da publicação com os dados finais e a avaliação, porém, no Congresso do SPLISS realizado em novembro de 2013 na Antuérpia, na Bélgica, intitulado “*Elite sport success: Society boost or not?*” organizado pelo consórcio SPLISS, tendo em vista que os próximos Jogos Olímpicos serão realizados no Rio e Janeiro em 2016, os autores do estudo apresentaram resultados preliminares do Brasil com relação a avaliação do pilares que levam ao sucesso esportivo internacional:

Figura 2. Gráfico em radar para o Brasil da avaliação dos nove pilares que levam ao sucesso esportivo internacional com relação aos demais países avaliados (representados em valores médios).



Fonte: Anais do Congresso do SPLISS “Elite sport success: Society boost or not?” realizado na Antuérpia/ Bélgica em novembro de 2013.

Pode-se observar a partir do gráfico, resultados parecidos com os obtidos no presente trabalho. Por exemplo, com relação ao investimento no esporte de alto rendimento (P1), o Brasil está acima da média dos outros países. Parece não ser esse o problema do país. Em compensação, os pilares referentes à participação no esporte (P3), identificação e desenvolvimento de talentos esportivos (P4), instalações esportivas (P6) e pesquisa científica (P9), que tem importância significativa para o sucesso de um país no esporte de alto rendimento, tiveram resultados muito ruins, ficando bem abaixo da média, o que sinaliza que essas ainda são áreas que ainda tem muito para melhorar.

Pensando em resultado nos próximos Jogos Olímpicos, que acontecerão no Rio de Janeiro em 2016, os autores relataram que os países que sediam os Jogos tem uma vantagem por se “estar em casa” e tendem a ganhar mais medalhas por isso. Austrália (Sydney, 2000), China (Pequim, 2008) e o Reino Unido, (Londres, 2012) são exemplos disso.

Ao observarmos a figura, parece que 2016, apesar do potencial que o país tem, será muito cedo para o Brasil apresentar um bom desempenho, de acordo com o que aconteceu nos últimos países sede. Os Jogos Olímpicos do Rio talvez dêem ao país um impulso para o sucesso a longo prazo, talvez para Tóquio em 2020.

O trabalho final do SPLISS observou o paradoxo da crescente concorrência global, incentivando os países a adotarem políticas cada vez mais estratégicas para o esporte de alto rendimento, a fim de diferenciarem-se de outros países. O resultado indica um sistema de desenvolvimento de esporte de alto rendimento cada vez mais homogêneo, baseada em torno de um modelo mais uniforme e com variações locais sutis. Segundo De Bosscher et al., (2006) é impossível criar um modelo único para explicar o sucesso esportivo internacional. Um sistema que leva ao sucesso de uma nação pode falhar em outro.

Outro estudo relevante no campo das políticas de esporte de alto rendimento foi o publicado por Green e Houlihan (2005). Eles avaliaram o processo de mudança política do esporte de alto rendimento em três esportes (natação, atletismo e iatismo) e três países (Canadá, Reino Unido e Austrália). O estudo procura semelhanças entre os países, e oferece uma análise aprofundada em quatro áreas da política do esporte de alto rendimento: (1) desenvolvimento de instalações esportivas de alto nível, (2) formação de atletas "full-time", (3) desenvolvimento de treinadores, da ciência do esporte e da medicina esportiva, e (4) oportunidades de competição para atletas de elite.

As instalações esportivas para treinamento, o apoio financeiro do Estado, uma integração entre treinamento e oportunidades de competições e disponibilização e desenvolvimento de treinadores ficaram evidentes em quase todas as análises descritas anteriormente e foram confirmadas também por Green e Houlihan (2005) no trabalho que revisou os sistemas de esporte de alto rendimento da União Soviética e da Alemanha Oriental e depois analisou os sistemas da Austrália, do Canadá e do Reino Unido. Os autores puderam observar, após a realização dos estudos, que existiam quatro fatores comuns entre eles: desenvolvimento de instalações para o esporte de alto rendimento; apoio para atletas "*full-time*"; fornecimento de serviços de: apoio de treinamento, ciências do esporte e medicina esportiva e uma hierarquia de oportunidades de competição centrada na preparação para eventos internacionais.

O desenvolvimento de instalações referiu-se à disposição, e acesso prioritário, das/nas instalações esportivas para treinamento. Enquanto a importância da existência das instalações

esportivas de treinamento é amplamente reconhecida, o fornecimento delas é raramente considerado satisfatório (HOULIHAN & GREEN, 2008).

O nível de competição na maioria dos esportes torna extremamente difícil para um atleta competir por medalhas se ele não tratar o treinamento como um compromisso de tempo integral. Green e Houlihan (2005) observaram que enquanto a União Soviética e a Alemanha Oriental financiavam seus atletas indiretamente a partir das Forças Armadas ou universidades, a Austrália, o Canadá e o Reino Unido fornecem apoio financeiro direto para seus atletas. Prática ainda muito utilizada por outros países nos dias de hoje.

Já no estudo de Ferreira (2007), o autor resume em cinco os elementos mais significativos que interferem nas políticas para o esporte de alto rendimento: i) a organização esportiva e a participação do estado; ii) a participação do sistema educacional; iii) o sistema de apoios públicos e privados; iv) a participação da ciência do esporte; v) as infraestruturas e recursos materiais disponíveis.

Em estudo mais recente, com a proposta de descrever a estrutura, organização e desenvolvimento para o esporte de alto rendimento em diferentes países, Houlihan e Green (2008) compararam a realidade de nove países: China; Japão, Singapura, Alemanha, França, Polônia, Noruega, Nova Zelândia e EUA. Entre os países participantes da pesquisa estão alguns países com tradição em competições internacionais, como por exemplo, Alemanha, EUA e China, e países sem tradição esportiva no contexto internacional como Singapura e Nova Zelândia. Na pesquisa, os autores encontraram alguns pontos em comum: o desenvolvimento do atleta para o alto rendimento, o contexto histórico que originou a preocupação com o esporte e o organograma das estruturas nacionais para o esporte. Como conclusão, os autores afirmam que um dos principais fatores para um desenvolvimento eficiente para o sucesso no esporte é o suporte financeiro.

Em outra pesquisa que descreve e compara a estrutura esportiva de países, Green e Collins (2008) pesquisaram a realidade da Austrália e Finlândia, que apresentam diferenças quanto aos resultados esportivos internacionais. A Austrália possui tradição em competições internacionais e tem uma política neoliberal, enquanto a Finlândia não apresenta resultados expressivos internacionais e tem modelo político social democrático tradicional. A pesquisa foi baseada em três objetivos: 1- Detalhar as trajetórias das políticas para o desenvolvimento esportivo entre os países, considerando a realidade distinta nos contextos político, cultural e

esportivo; 2 – fornecer uma análise teórica das trajetórias políticas esportivas; 3 – fornecer comentários sobre o potencial para profissionais da gestão esportiva de cada país.

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão de documentos governamentais para as atividades de desenvolvimento esportivo dos dois países, assim como por meio de uma série de entrevistas com funcionários das confederações, agências e departamentos governamentais, acadêmicos e analistas sobre o assunto. As entrevistas foram conduzidas pelos seguintes temas: ênfase das Confederações no esporte de alto rendimento em relação a programas de esporte de massa; descrição de como os governos ou agências governamentais desempenham essas atividades; a estabilidade relativa das prioridades políticas para o desenvolvimento do esporte; e a identificação de possíveis caminhos para mudanças no setor de políticas para o esporte.

De acordo com os resultados obtidos, os dois países possuem políticas eficientes para o esporte nacional. No entanto, a Austrália possui o foco em uma política esportiva direcionada para o alto rendimento, enquanto a Finlândia tem como proposta um modelo baseado na promoção do esporte para todos. Desta forma, apesar da existência de políticas eficientes para o esporte, cada país pode determinar em qual forma de manifestação esportiva irá recair maior incentivo e investimento.

3.1.3 Modelos do Esporte de Alto Rendimento

Estudos apontam diversos fatores que influenciam a questão do sucesso esportivo (BÖHLKE & ROBINSON, 2009; CONZELMANN & NAGEL, 2003; DE BOSSCHER ET AL., 2008; DUFFY ET AL., 2001; GIBBONS ET AL., 2003; GOULD ET AL., 2002; GREENLEAF ET AL., 2001) e muitos desses fatores críticos influenciam o rendimento do atleta na busca de resultados para o sucesso esportivo de uma nação.

O sucesso de um atleta ou equipe depende cada vez mais da capacidade de desempenho do sistema nacional e da sua eficácia na utilização de todos os recursos disponíveis para o benefício do esporte de alto rendimento.

Com a busca incessante por medalhas Olímpicas, o esporte de alto rendimento toma um espaço cada vez maior nas agendas políticas dos países envolvidos, sendo um momento oportuno para a discussão sobre todo o investimento feito nos quatro anos anteriores aos Jogos Olímpicos. Como exemplo dessa política, pegamos os exemplos da Dinamarca, que investiu para Pequim 2008 cerca de 30% a mais em relação aos Jogos Olímpicos de Atenas 2004 (STORM & NIELSEN, 2010) e, o Brasil, que aumentou cerca de 250% o seu investimento financeiro, saltando de R\$ 692,5 mi para R\$ 1,75 bilhões nos dois últimos Ciclos Olímpicos (RODRIGUES & JUPPA, 2012).

Nos dois casos relatados a diferença no número de medalhas ganhas foi mínima, havendo uma inflexão no caso dinamarquês. Cabe ressaltar que, conforme relatado por De Bosscher et al. (2008), a forma mais consistente de se obter a informação nessa área é a utilização dos dados provenientes do governo federal e das loterias nacionais, excluindo, nesse caso, os investimentos privados, de difícil mensuração, além da questão envolvendo a necessidade do reajuste no montante investido para a manutenção do desempenho anterior.

De Bosscher et al. (2008) afirmam que a sistematização da estrutura organizacional de diferentes países reflete-se em bons resultados esportivos internacionais. Três exemplos são a Austrália, a China e o Reino Unido, que por caminhos diferentes, buscaram a melhora dos resultados dentro dos Jogos Olímpicos e alcançaram os resultados esperados. Reino Unido e China buscaram sistematizações próprias por meios diferentes, enquanto que, a Austrália foi buscar inspiração na Alemanha Oriental (BÖHLKE & ROBINSON, 2009) com o trabalho

tendo sido iniciado nos anos 1970 (GREEN & OAKLEY, 2001; HOYE & NICHOLSON, 2009).

A Austrália e o Reino Unido buscaram um novo posicionamento no cenário esportivo mundial a partir do fracasso observado nos Jogos Olímpicos de 1976 e 1996, respectivamente (DE BOSSCHER ET AL., 2008; FARMER & ARNAUDON, 1996; HOYE & NICHOLSON, 2009), enquanto a China busca uma consolidação do seu domínio e poder perante o resto do mundo (HONG, 2008; HONG, WU, & XIONG, 2005; HONG & ZHOUXIANG, 2011).

A China, sede dos Jogos Olímpicos em 2008, na cidade de Pequim, presenciou uma grande discussão sobre o investimento no esporte de alto rendimento e a relação existente entre a busca pela medalha de ouro e o esporte de massa. O sistema de esporte de alto rendimento do país presenciou um crescimento rápido nos anos da década de 1980. O famoso “Juguo Tizhi” (toda nação apóia o sistema do esporte de alto rendimento) foi instituído para promover o esporte de alto rendimento. Isso permitiu que o país inteiro abastecesse o esporte de alto rendimento ao longo dos anos, além de claro, contar com um dos sistemas mais efetivos de seleção e treinamento de atletas (HONG et al., 2005). Com essa filosofia o país alcançou o primeiro lugar nos Jogos Olímpicos de Pequim 2008. Cabe lembrar que o desenvolvimento esportivo da China tem o início datado dos anos 1950 (HONG, 2008), não sendo fruto de uma política construída exclusivamente para os Jogos sediados em seu território. O que, em contas finais e através dessa doutrina, o país alcançou o primeiro lugar nos Jogos Olímpicos de Pequim 2008 (HONG, 2008).

A Austrália, que desde meados dos anos 1950 é reconhecida por sediar eventos esportivos, como, por exemplo, de tênis, de automobilismo, de motociclismo, de críquete e de rúgbi, teve, como ápice, a realização de dois Jogos Olímpicos: Melbourne, em 1956 e, Sydney, em 2000 (FARMER & ARNAUDON, 1996; GREEN & HOULIHAN, 2005; HOYE & NICHOLSON, 2009; STEWART et al., 2004). O país iniciou sua busca pelo sucesso esportivo quando, em 1976, nos Jogos Olímpicos de Montreal, não ganhou medalha alguma de ouro. Cinco anos após o fracasso Olímpico, o governo australiano criou o *Australian Institute of Sport* (AIS), com o intuito de assistir aos atletas de alto rendimento (FARMER & ARNAUDON, 1996; GREEN & HOULIHAN, 2005; HOYE & NICHOLSON, 2009; STEWART et al., 2004).

Originalmente inspirada nos modelos da Alemanha Oriental e da China (BÖHLKE & ROBINSON, 2009; HOYE & NICHOLSON, 2009), a Austrália, que anos depois passou a ser

vista como referência na área de desenvolvimento esportivo de alto rendimento, obteve sucesso ao melhorar o seu desempenho durante as duas décadas subsequentes (HOYE & NICHOLSON, 2009) e, com a culminância na realização dos XXVII Jogos Olímpicos, em Sydney, no ano de 2000. Entretanto, o seu desempenho vem ficando aquém do esperado, como pode ser observado nos últimos Jogos Olímpicos, em Londres 2012.

O Reino Unido apresenta uma característica particular, que é a reunião de quatro países: Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte (HOULIHAN, 1996). A intervenção governamental no esporte britânico cresceu a partir dos anos 1970, com a criação do *Great Britain Sports Council*. A ênfase dada até meados dos anos 1990 era a do *sport for all* (GREEN, 2004). No entanto, com o fraco resultado alcançado em Atlanta reviu seus objetivos e buscou priorizar os programas voltados ao desempenho e a excelência através do recém-criado Fundo da Loteria Esportiva (DE BOSSCHER ET AL., 2008; GREEN, 2004; HOULIHAN, 1996).

Com a criação do *World Class Performance Program*, em 1997, voltado à melhoria do esporte de alto rendimento (GREEN, 2004), os britânicos promoveram um *turn point* que, permitiu ao país sair da trigésima sexta colocação no quadro geral de medalhas em Atlanta no ano de 1996, com apenas 15 medalhas, sendo uma de ouro, oito de prata e seis de bronze (CARDOSO, 2000), culminando com o terceiro posto na última edição dos Jogos Olímpicos em 2012, com 65 medalhas conquistadas em 19 modalidades (London 2012, 2012), sendo o foco do programa o apoio a atletas com reais chances de medalha, assim como, o desenvolvimento daqueles com capacidade de obter a vitória e, por último, a identificação e desenvolvimento de talentos visando a alimentação da cadeia produtiva Olímpica (DCMS/Strategy Unit, 2002).

Como percebido nas colocações anteriores, o sucesso Olímpico de China, Reino Unido e Austrália passou por um planejamento de longo prazo e a observação de fatores que abordem elementos que não apenas o financeiro, como proposto por De Bosscher et al. (2008); Green and Oakley (2001) foram primordiais para que atingissem seus objetivos, cabendo lembrar que além dos recursos financeiros é necessário que se atente para as variáveis que influenciam o rendimento dos atletas, não bastando apenas mostrar gráficos com incrementos no investimento feito na área. É de suma importância que a estrutura necessária para que o atleta obtenha o seu melhor desempenho lhe seja ofertada juntamente com todo o ferramental envolvido nesse processo.

3.1.4 Considerações

Como resultado da aplicação das diferentes abordagens apresentadas, verifica-se que a maioria das pesquisas da área concentra-se na descrição, identificação e comparação das características dos sistemas esportivos de cada país (DIGEL, 2002a,b; GREEN & OAKLEY, 2001; HOULIHAN & GREEN, 2008; THUMM, 2006; ZIEMMAINZ & GULBIN, 2002).

Em síntese, os estudos que comparam os países considerados como potências esportivas identificaram que a chave para alcançar o sucesso esportivo internacional depende de uma estrutura organizacional eficiente, baseada na centralização das ações direcionadas para o desenvolvimento do esporte. Essas ações podem ser elaboradas por meio de órgãos nacionais governamentais, como na maioria dos países, ou órgãos não governamentais. A centralização das ações auxilia o desenvolvimento do esporte, de forma que não existam programas e ações concorrentes promovidos por diferentes entidades no mesmo país, assim como exista uma padronização das diretrizes para a área. Desta forma, a centralização pode favorecer a eficiência do suporte financeiro (entrada) e promover interação de fatores como as instalações esportivas; pesquisa científica; programas de detecção, formação, seleção e promoção de talentos; dentre outros (processo); para que o sucesso esportivo (resultado) seja alcançado.

Além da centralização das ações para se alcançar o sucesso no esporte de alto rendimento, outros pontos em comum entre as pesquisas apresentadas acima foram a presença de um sistema nacional de identificação e desenvolvimento de talentos, a ação de um programa de suporte financeiro do governo aos atletas, a utilização da ciência do esporte em prol do esporte de alto rendimento e da oferta e disponibilidade de infraestruturas adequadas para treinamento aos atletas (DE BOSSCHER et al., 2008; DIGEL, 2002b; FERREIRA, 2007; GREEN & OAKLEY, 2001; GREEN & HOULIHAN et al., 2005).

3.2 VISÃO GERAL DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO NO BRASIL

3.2.1 Estrutura Organizacional para o Esporte de Alto Rendimento no Brasil

O Brasil não está entre as principais potências no esporte mundial, tendo apresentado o seu melhor desempenho nos Jogos Olímpicos em Atenas em 2004 com cinco medalhas de ouro das dez conquistadas. Por outro lado, se o critério for a quantidade total de medalhas, a melhor participação do país foi nos Jogos Olímpicos de Londres em 2012 com o total de dezessete medalhas (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2013b). Esses resultados demonstram que o Brasil nunca esteve entre as quinze nações mais bem colocadas. Alguns motivos podem justificar a dificuldade do país em não conquistar um bom desempenho nos Jogos, como por exemplo, uma organização inadequada e uma aplicação ineficiente de recursos financeiros. No entanto, em 2016, o Brasil será o centro das atenções no esporte internacional, pois o Rio de Janeiro será sede dos Jogos Olímpicos de Verão. Dentro desse contexto, pesquisas com o objetivo de descrever a realidade esportiva brasileira podem favorecer o país na busca de um melhor desempenho nesses eventos.

No Brasil, a estrutura organizacional do esporte é constituída por entidades governamentais e não governamentais, nos níveis federal, estadual e municipal, aos quais compete o papel de promover políticas, programas, projetos e ações para o desenvolvimento esportivo no país.

Os órgãos no nível nacional responsáveis pela organização do esporte são o Ministério do Esporte (ME), o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e as confederações esportivas, sendo as duas últimas entidades órgãos não governamentais. No nível estadual encontram-se as secretarias estaduais de esporte, as federações e ligas (as duas últimas não governamentais); no nível municipal estão as secretarias municipais de esporte, os clubes esportivos e outros locais de prática esportiva.

A estrutura e organização brasileira direcionada para esporte de alto rendimento são apresentadas na Figura 3:

Figura 3. Estrutura brasileira de organização esportiva



Figura adaptada de MEIRA et al., 2011.

A organização do Ministério do Esporte (ME), assim como vemos hoje, foi estabelecida em 2003. O Ministério do Esporte é responsável por “construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2011).

O ME é composto por quatro secretarias e um conselho: Secretaria Executiva, Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento e o Conselho Nacional do Esporte.

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) é a principal responsável por desenvolver o esporte de rendimento no Brasil. A SNEAR tem por competência implantar as decisões relativas ao PNE e os programas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento; realizar estudos, planejar, coordenar e supervisionar o

desenvolvimento do esporte e a execução das ações de promoção de eventos; coordenar, formular e aplicar a política relativa aos esportes voltados para competição, desenvolvendo gestões de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações (BRASIL, 2013a).

Outra instituição esportiva em nível nacional responsável pelo esporte de rendimento de um país é o Comitê Olímpico Nacional. De acordo com o Comitê Olímpico Internacional (COI), os comitês nacionais têm a responsabilidade de organizar os programas educativos/esportivos, fornecer suporte ao desenvolvimento de atletas, treinamento de administradores esportivos e envio de equipes aos Jogos Olímpicos (COI, 2013). No Brasil, essa entidade é o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), sendo ela uma entidade não governamental, com autonomia garantida pela Constituição Federal, que coordena as 30 confederações de modalidades Olímpicas (dos Jogos Olímpicos de verão e de inverno) e se relaciona com outras confederações de modalidades não olímpicas, Confederações Brasileiras Dirigentes de Esportes Olímpicos, Comitê Paralímpico Brasileiro, Comitês Olímpicos Nacionais e COI (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2013b).

O COB é uma entidade de organização não governamental que atua no desenvolvimento dos esportes olímpicos no Brasil, com o foco nas Confederações e contribui com os formadores (clubes, escolas, associações, estados e municípios) pela inserção social por meio do esporte, pela prática da cidadania e pela formação de atletas para o alto rendimento.

A principal comunicação entre as duas principais entidades de organização esportiva no Brasil, o ME e o COB, ocorre por meio do repasse financeiro oriundo da Lei Agnelo/Piva, Lei nº 10.264 (BRASIL, 2001), a qual estabelece que dois por cento da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país sejam repassados ao COB e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Deste total, 85% dos valores são destinados ao COB, e 15% ao (CPB). Do montante do COB, dez por cento são destinados ao esporte escolar, cinco por cento ao esporte universitário e oitenta e cinco por cento para as despesas do próprio COB e às Confederações. Os recursos repassados às Confederações Brasileiras Olímpicas são estabelecidos pelo critério de meritocracia, ou seja, as Confederações que as modalidades obtiverem melhores resultados recebem um valor maior. O valor do repasse é gerido diretamente por elas próprias sem qualquer envolvimento da entidade, sendo a única obrigação das entidades o envio do

relatório referente à utilização dos recursos recebidos (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2013b).

Como descrito, o COB utiliza os recursos que recebe da Lei Agnelo/Piva seguindo os critérios estipulados pela própria lei e para o planejamento técnico desenvolvido em conjunto com as Confederações Brasileiras Olímpicas. Esse planejamento técnico contempla o treinamento das equipes, contratação de técnicos estrangeiros, viagens de intercâmbio, participação em competições internacionais, aquisição de equipamentos e materiais esportivos e períodos de aclimação das delegações, entre outras ações (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2013b).

Outras entidades em nível federal com função de organização do esporte são as confederações de cada modalidade esportiva. Geralmente, as confederações são subordinadas a uma federação ou confederação internacional, mas possuem autonomia para desenvolver ações em âmbito nacional. Além do repasse da Lei Agnelo/Piva para algumas confederações, cada entidade pode receber recursos por meio de patrocinadores privados e estatais. Entre as funções e atribuições das confederações estão: representar a modalidade em competições internacionais, promover competições nacionais, regulamentar as inscrições dos atletas, fomentar a prática da modalidade, e controlar da filiação das entidades que administram as modalidades nos Estados brasileiros (MEIRA et al., 2012).

No nível hierárquico abaixo das confederações, encontram-se as federações, que têm funções semelhantes às das confederações, mas com a limitação ao próprio estado, com relação aos clubes e associações esportivas locais. No entanto, nem todas as modalidades olímpicas possuem uma instituição com representatividade em todos os estados brasileiros (MEIRA et al., 2012).

No nível municipal, algumas prefeituras têm uma secretaria para o esporte com as mesmas atribuições das secretárias estaduais, mas com a limitação ao município. E no nível municipal, encontram-se os clubes esportivos (MEIRA et al., 2012).

Na realidade brasileira, as Entidades Municipais de Práticas Esportivas possuem autonomia para elaborar e administrar programas e projetos próprios. De acordo com a Lei nº 9.615 (BRASIL, 1998), “os Estados e o Distrito Federal constituem seus próprios sistemas, respeitadas as normas estabelecidas nesta Lei e a observância do processo eleitoral; aos

Municípios é facultado constituir sistemas próprios de desporto, observado o disposto nesta Lei e, no que couber, na legislação do respectivo Estado”.

No sentido de buscar um melhor entendimento da estrutura organizacional brasileira, assim como nos estudos internacionais que descreveram as diferentes estruturas esportivas de países com sucesso, os estudos realizados em nível nacional podem favorecer as particularidades nacionais para a elaboração de propostas eficientes para o esporte de alto rendimento.

3.2.2 Panorama Histórico da Legislação Esportiva no Brasil

O esporte no Brasil, tema central deste estudo, não passou alheio e tampouco ficou imune às transformações e investidas do Estado brasileiro. Foi um setor (e continua sendo, em que pese a autonomia conferida pela Constituição de 1988), quando não sob intervenção, substancialmente influenciado e dependente do governo, de instituições e empresas estatais, sobretudo no que diz respeito a sua sustentabilidade financeira.

No Brasil-Império, Tubino (2002) assinala que a legislação voltada ao esporte se restringia a um conjunto de decretos específicos para as escolas militares, os quais estabeleceram a obrigatoriedade de algumas práticas esportivas.

O esporte organizado somente teve início após a instalação do período denominado República Velha. Foi nessa época que ocorreram as fundações de clubes e federações e a criação da Confederação Brasileira de Desportos em 1914, que tinha por objetivo disciplinar o esporte e regular as relações internas e externas (TUBINO, 2002). Dirigida sob regime presidencialista, tinha um setor técnico e um conselho de assessores para cada esporte ou grupo de esportes, nomeados pela presidência. Coordenava federações esportivas ecléticas organizadas em estados e territórios brasileiros.

Em um primeiro momento, em fins da década de 1930, o Estado brasileiro, por meio de ações de governo, outorgou ao setor esportivo um papel de destaque, sendo este alvo de políticas setoriais específicas no âmbito das políticas sociais, especialmente quando se estabeleceu a necessidade de ganhar “consciências” para que um determinado projeto de “modernização” se consolidasse em nosso país. Posteriormente, nas décadas de 1970 e 1980,

as necessidades de reprodução e controle social referentes ao regime da ditadura militar parecem ter justificado a manutenção de uma forte intervenção estatal nesse setor (SILVA, 2008).

Logo após os anos da curta história republicana liberal (1889-1930), adentra-se em um longo período de forte intervenção e controle estatal em diversos setores da vida social, que se inicia nos anos 1930 e prolonga-se até a ditadura militar, em meados dos anos 1980. A redemocratização do país, processo que culmina na promulgação da Constituição em 1988, altera as regras do jogo político, pautado agora por uma institucionalidade mais democrática e legítima em contraposição ao período anterior, autoritário e sustentado pela ditadura militar.

Passado quase meio século das primeiras intervenções governamentais que objetivavam tutelar o esporte, a reconstitucionalização do país, em 1988, criou as possibilidades de remoção dos elementos autoritários que mediavam, até então, as relações entre o setor esportivo e o Estado brasileiro.

A seguir serão apresentadas as principais leis e decretos com relação à institucionalização e organização do esporte no Brasil:

Decreto-Lei nº 3.199, de 14/04/1941

O Governo Vargas, reconhecendo a necessidade de organizar o esporte nacional e fortemente influenciado pelas ditaduras europeias que se utilizaram do esporte para firmar seus ideais em termos mundiais, sancionou o Decreto-Lei nº 3.199/ 1941 que estabeleceu as bases de organização dos desportos e criou o Conselho Nacional de Desportos e os Conselhos Regionais de Desportos, com função de orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o País (VICENTINO, 1997).

Somente com a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), vinculado ao Ministério da Educação, mediante o Decreto-Lei nº 3.199/1941, no período em que se convencionou denominar “Era Vargas”, é que se estabeleceram as bases para a organização desportiva em todo o país. Esse Decreto previa subvenções da União, Estados e Municípios às entidades desportivas, bem como criava isenções tributárias a essas entidades (TUBINO, 2002).

Ainda no final da “Era Vargas” foi editado o Decreto-Lei nº 7.674, em 25 de junho de 1945, que dispunha sobre a administração das entidades desportivas e estabelecia medidas de proteção financeira aos desportos. A norma permitia, dentre outras funções, operações de empréstimo às entidades desportivas, sujeitas ao regime de organização estabelecidos no Decreto-Lei nº 3199/1941, para construção de praças de desportos e melhoramento de instalações desportivas.

Ciclo Militar

O governo militar de Costa e Silva, por meio do Decreto-Lei nº 594/1969, destinou 30% da receita líquida obtida com a exploração da Loteria Esportiva Federal para programas de educação física e atividades esportivas. Em 1971, o Decreto nº 68.703 regulamentou a aplicação desses recursos oriundos da Loteria Esportiva Federal, distribuindo 1/3 desses recursos para a CND, a ser aplicado no desenvolvimento de atividades esportivas de iniciativa das entidades sujeitas à sua indicação, e 2/3 para o Departamento de Desportos e Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, para programas de Educação Física e atividades esportivas estudantis (TUBINO, 2002).

O Decreto-Lei 3.199/1941 vigeu por mais de três décadas até a edição da Lei nº 6.251, em 8 de outubro de 1975. Ainda em pleno regime militar, esse dispositivo concedia amplos poderes ao CND, Todavia a Lei 6.251/1975 representou um avanço na medida em que organizou o esporte no país em um Sistema Desportivo Nacional, composto por órgãos públicos e entidades privadas. Esse normativo inseriu em um capítulo específico o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), incluindo-o no Sistema Desportivo Nacional. Pela primeira vez previu-se em uma norma a classificação do esporte em modalidades, a saber: desporto comunitário, dividido em amadorista e profissional; desporto estudantil, subdividido em desportos universitário e escolar; desporto militar; e finalmente desporto classista.

Importa assinalar que esta Lei estabelecia de maneira inovadora a concessão de bolsas de estudos por órgãos oficiais, preferencialmente, aos alunos de qualquer nível que se sagrassem campeões desportivos, nas áreas estadual, nacional e internacional, desde que tenham obtido aproveitamento escolar satisfatório (VERONEZ, 2005).

Lamentavelmente destinada a alavancar o desporto nacional, a Lei 6.251/75 acabou por ampliar os poderes do CND e ainda colocou sob a tutela do governo todos os aspectos esportivos do país.

O esporte na Nova República

Com a reinstalação do regime democrático no país, o esporte ganha status constitucional. Essa constitucionalização do esporte tem sua espinha dorsal no art. 217 da Constituição Federal de 1988, que estabelece ser dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

“I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não- profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.”

A inserção do esporte na Constituição Federal de 1988 se deu com a conotação de direito do cidadão e dever do Estado. No texto legal é explicitada a diretriz de se priorizar o fomento ao esporte educacional. A partir desse novo preceito, houve nova estruturação na administração e no direcionamento das políticas de esporte para as manifestações do esporte na sociedade, que passaram a ser Educacional, de Participação e de Rendimento (BRASIL, 2002).

Assim o legislador constitucional preconizou que cabe ao Estado estimular e desenvolver o desporto formal – praticado mediante regras para cada modalidade - e o não formal, praticado de forma assistemática, lúdica. Portanto a Constituição define como prioridade o esporte educacional, ou seja, o praticado na escola, aquele voltado mais à formação e desenvolvimento do indivíduo e à sua integração na coletividade do que propriamente na seletividade e à hipercompetitividade. Todavia, os recursos públicos, segundo a Norma Constitucional, também devem ser destinados, em casos específicos, ao esporte de alto rendimento, isto é, o esporte de competição.

Apesar de a organização esportiva brasileira ter evoluído de maneira desorientada antes de sua normalização, nos últimos anos algumas medidas legais foram tomadas com o intuito de incentivar e fomentar o esporte. São exemplos, a Lei Agnelo/Piva, A Lei Pelé e a Lei de Incentivo Fiscal para o Esporte (DIAS, 2007).

A Lei nº 8.672/1993 (Lei Zico)

A Lei Zico instituiu normas gerais sobre o esporte brasileiro e contemplou dispositivos sobre a relação entre atletas e clubes. Essa Lei também foi inovadora na medida em que reduziu bastante a interferência do Estado no esporte, extinguindo o CND e criando o Conselho Superior de Desportos (CSD), e, além disso, transferindo à iniciativa privada grande parte deste poder.

O CSD consistia em um órgão colegiado de caráter consultivo e normativo e representava a comunidade desportiva brasileira, cabendo-lhe, dentre outras funções: oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto; dirimir os conflitos de superposição de autonomias; e emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais.

A Lei Zico criou também o Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (FUNDESP), de natureza autárquica, subordinado à Secretaria de Desporto do Ministério da Educação e do Desporto, que se destinava ao fomento ao esporte amador e profissional e à assistência ao atleta, profissional e em formação.

A Lei Pelé

A Lei nº 9.615/1998, conhecida como Lei Pelé, apesar de ter revogado por completo a Lei Zico, não diferiu muito da anterior, especialmente no tange aos conceitos, princípios e definições.

A Lei retomou o debate sobre a relação entre clubes e jogadores, determinando a extinção do passe dos atletas, dispositivo que atrelava o atleta aos seus clubes. Assim, terminado o contrato, o atleta passaria a constituir novo contrato com qualquer entidade esportiva. A Lei Pelé também criou um Sistema Nacional do Desporto, substituindo o antigo Sistema Federal do Desporto. No Sistema da Lei Pelé é reconhecido um subsistema no qual está compreendido o COB e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Estabeleceu-se, finalmente, que a fiscalização da aplicação dos recursos repassados ao COB e ao CPB caberia ao Tribunal de Contas da União.

Importa destacar que através da criação da Lei nº 9.981/2000 foi constituído o Ministério do Esporte e Turismo, acrescentando a função de normatização ao Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro (CDDDB).

Lei nº 10.264/2001 – Lei Agnelo/ Piva

A Lei Agnelo/Piva destina 2% da arrecadação bruta das loterias federais do país em favor do COB (85%) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (15%). Dos 85% que lhe cabem, o COB investe obrigatoriamente por lei 10% no Esporte Escolar e 5% no Esporte Universitário, e o restante é aplicado nos programas das Confederações e do COB. Outros recursos são obtidos a partir de patrocinadores privados, doações e de convênio com os três níveis de Governo, viabilizando alguns dos projetos de desenvolvimento esportivo.

A partir da medida provisória nº 502/ 2010 passa a ser condição para o recebimento dos recursos públicos federais, oriundos da Lei Agnelo/Piva, que o COB, o CPB e as entidades nacionais de administração esportiva celebrem contrato de desempenho com o Ministério do Esporte. Além das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos

prazos de execução ou cronograma das metas, o contrato definirá as prioridades de investimentos dos recursos públicos para o ciclo olímpico ou paraolímpico de quatro anos.

Após a Lei Agnelo/Piva, as diversas confederações olímpicas e paraolímpicas passaram a contar com uma renda perene para investir em projetos visando à preparação dos atletas e à participação nas mais diversas competições nacionais e internacionais, além da aquisição de equipamentos e da contratação de pessoal especializado, como treinadores e profissionais de alto gabarito, entre outras ações.

O volume de recursos destinados ao esporte olímpico e paraolímpico captados pela Lei Agnelo/Piva cresce a cada ano. Em 2007, o Comitê Olímpico Brasileiro recebeu R\$ 84.670.000,00. Em 2012, foram repassados R\$ 171.670.000,00, de acordo com os dados das prestações de contas do COB. Somando ao longo de seis anos um valor de R\$ 771.210.000,00.

Quadro 2. Valores dos recursos provenientes da Lei Agnelo/Piva recebidos pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) entre os anos de 2007 e 2012. Valores em milhões de R\$.

Ano	COB	CPB
2007	84,67	15,32
2008	93,82	16,84
2009	119,85	21,30
2010	143,55	25,47
2011	157,65	28,29
2012	171,67	30,68
Total	771,21	137,90

Fonte: Origem dos Recursos do Comitê Olímpico Brasileiro (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2013). Acesso em janeiro de 2014.

Lei nº 11.438/2006 - Lei de Incentivo ao Esporte

A Lei nº 11.438/2006 – Lei de Incentivo ao Esporte, regulamentada pelo Decreto nº 6.180/2007, estabeleceu a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas destinarem uma parcela do imposto de renda devido em benefício de projetos desportivos elaborados por entidades do setor. A norma institui que os projetos devem atender pelo menos uma das seguintes manifestações esportivas: desporto educacional, de participação ou de rendimento. Essa Lei representou uma forma alternativa de recolhimento do imposto de renda. No lugar de recolher todo o montante à União, os contribuintes poderão destinar um percentual deste valor (limitadas a 1% do imposto devido para pessoa jurídica e 6% para pessoa física) diretamente, a projetos desportivos previamente aprovados, mediante patrocínio ou doação, e, posteriormente, abater os valores gastos no momento do recolhimento, ou, em sendo o caso, obter sua restituição.

O proponente que deseja obter recursos pela Lei pode ser tanto pessoa jurídica de direito público quanto privado, desde que seja uma instituição sem fins lucrativos e de natureza esportiva. Todos os proponentes inscrevem seus projetos pelo site do Ministério do Esporte, onde estão disponibilizados todos os formulários para propor projetos pela Lei de Incentivo Fiscal para o Desporto.

O apoio a projetos de formação de atletas, visando a melhoria do processo de aprimoramento de atletas e equipes é necessário e é uma forma de investir no futuro do esporte brasileiro de alto rendimento, especialmente nesse período em que o país busca sucesso esportivo em termos internacionais e sediará os Jogos Olímpicos em 2016.

Desde que foi sancionada, em 2006, a Lei do Incentivo captou mais de R\$ 860 milhões (nas três dimensões (educacional, participação e rendimento)). O volume de recursos destinados ao esporte captados pela Lei de Incentivo ao Esporte cresce a cada ano. Em 2007, foram captados R\$ 50.900.000,00. Em 2012, foram R\$ 211.100.000,00, de acordo com os dados do Ministério do Esporte. Somando ao longo de seis anos um valor de R\$ 886.400.000,00 (QUADRO 3).

Quadro 3. Valores captados para projetos relacionados ao esporte nas três dimensões (educacional, participação e rendimento) através da Lei de Incentivo ao Esporte entre os anos de 2007 e 2012. Valores em milhões de R\$.

Ano	Valores captados
2007	50,90
2008	82,20
2009	110,80
2010	191,90
2011	219,50
2012	211,10
Total	866,40

Fonte: Palestra do Ministério do Esporte sobre a Lei de Incentivo ao Esporte (2013).

3.2.3 Justificativa da Atuação Estatal no Esporte de Alto Rendimento

No Brasil, a legislação desportiva apresentou diversos paradigmas ao longo do século XX, conforme descrito no item anterior.

A Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé) conceituou o Esporte de Rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, como uma das três manifestações do desporto, além do desporto educacional e do desporto de participação, tendo como objetivo a obtenção de resultados e a integração de pessoas e comunidades do país e destas com as de outras nações. Essa lei define as normas gerais para o desporto e a forma pela qual é regulada a prática desportiva formal: “A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto”.

Diversos especialistas defendem o financiamento estatal dessa manifestação esportiva, tendo em vista os benefícios que a prática esportiva regular traria para a saúde de quem a

prática. O sucesso dos atletas brasileiros em Olimpíadas, Jogos Pan-americanos, campeonatos mundiais e competições de grande porte, atrairia um contingente maior de crianças e jovens para a prática de diversas modalidades esportivas. Tal fato teria consequências sociais altamente positivas, com a diminuição do risco do uso de drogas e de prática de delitos por parte desses menores.

Segundo Ferreira (2007), “A criação de uma política esportiva eficiente e abrangente resulta sobretudo do reconhecimento do esporte de alto rendimento como preocupação nacional”. Tal preocupação é constatada principalmente após a ocorrência de cada olimpíada, conforme relata Go Tani (2009):

“De quatro em quatro anos assiste-se no Brasil a um interessante fenômeno logo após o encerramento de jogos olímpicos: indignados com o desempenho abaixo das expectativas dos atletas brasileiros, dirigentes esportivos, ex-atletas, jornalistas esportivos, empresários esportivos, políticos esportivos e outros tantos “amantes do esporte” vêm a público fazer críticas, apresentar possíveis explicações e, mais do que isso, sugerir fórmulas eficazes para o sucesso nas próximas olimpíadas”.

Outro fator que leva o governo a investir no EAR consiste na oportunidade de melhorar a imagem do país no exterior, devido principalmente a bons resultados dos atletas nas diversas modalidades. A escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016 criou oportunidade de projetar ainda mais tal imagem.

A participação do Estado no apoio ao esporte de alto rendimento é amparada pela Constituição Federal, no art. 217:

“É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, [...] observados: [...] II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento”.

A Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Esportes, de 14/06/2005, traz como anexo a Política Nacional de Esporte (PNE), que tem como um de seus objetivos “incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e para atletas de rendimento, promovendo a democratização dessa manifestação esportiva”. Uma de suas oito diretrizes está associada diretamente, mas não somente, ao EAR, no eixo ciência do esporte:

“A produção e a difusão do conhecimento e tecnologia, da informação e documentação constituem os pilares da nova Política Nacional do Esporte, decorrendo daí a importância de incentivar a pesquisa e socializar a produção de conhecimento, desenvolvendo ações e mecanismos para

garanti-la, assim como articular os setores de informação e documentação esportiva, compondo um Sistema Nacional de Informação e Documentação Esportiva. Necessário se faz fomentar a consolidação de redes para potencializar produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do esporte e lazer [...]”.

A Resolução nº 10, de 07/03/2006, aprova a Política Setorial para o EAR, cujos objetivos e ações encontram-se detalhados a seguir (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006):

OBJETIVOS:

- Fomentar o esporte de base visando a prática do esporte de alto rendimento;
- Criar mecanismos que possibilitem, aos atletas e paraatletas, o pleno desenvolvimento de suas potencialidades atléticas;
- Modernizar a infraestrutura esportiva nacional;
- Gerenciar para instituição de fonte permanente de recursos financeiros aos atletas e paraatletas, com a finalidade de proporcionar-lhes tranquilidade financeira;
- Fomentar a capacitação de recursos humanos nas áreas afins, por meio de cursos de formação e atualização;
- Apoiar a produção científica e tecnológica e a sua difusão, por meio de publicações, inclusive técnicas, e a realização de eventos técnicos e científicos de abrangência regional, nacional e internacional;
- Estabelecer condições para a melhoria dos resultados das equipes brasileiras em eventos internacionais de alto rendimento;
- Proporcionar aos atletas e paraatletas, ao longo de suas carreiras esportivas, a possibilidade de capacitarem-se intelectual e profissionalmente.

AÇÕES:

• **Deteção de Talentos Esportivos.**

Oportunizar às crianças e aos jovens brasileiros a participação em testes motores, validados cientificamente, identificando jovens talentos e disponibilizando estas informações às entidades formadoras e clubes esportivos.

- **Ampliação do acesso ao esporte de alto rendimento, em todas as regiões do país, favorecendo a base do esporte nacional.**

Implementar programas e projetos de esporte, adequando a infraestrutura técnica e esportiva, às necessidades inerentes à formação da base do esporte de alto rendimento, objetivando aumentar o número de atletas e paraatletas em condições de representar o Brasil nos eventos internacionais.

- **Capacitação de Recursos Humanos**

Proporcionar cursos de capacitação e aperfeiçoamento a todos os agentes deste segmento esportivo, respeitando-se as especificidades e necessidades de cada caso.

- **Desenvolvimento do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia aplicadas ao Esporte de Alto Rendimento.**

Implantar centros de pesquisa esportiva e a modernização dos já existentes, que proporcionará ao setor de esporte de alto rendimento o embasamento técnico e científico, necessários à constante evolução dos procedimentos adotados por técnicos, atletas e paraatletas, nas diversas fases de suas carreiras.

- **Consolidação das relações com as Instituições Esportivas Internacionais e realização de eventos internacionais de grande porte.**

Fortalecer a participação nacional em um número cada vez maior de competições, promover intercâmbio científico e tecnológico, além de captar e promover eventos esportivos de alto rendimento.

- **Organização do Cenário do Esporte de Alto Rendimento no Brasil.**

Definir as atribuições e responsabilidades de cada entidade esportiva institucionalizada, em conformidade com a legislação, ao tempo, ampliar e consolidar o Calendário Esportivo Nacional, reiterando a importância dos eventos esportivos.

É importante ressaltar que no documento que tratou de tal política apontavam-se diversos problemas existentes para o bom desenvolvimento do EAR, dentre os quais: a) o baixo aproveitamento do contingente populacional para a detecção de talentos; b) a falta de

definição de responsabilidades dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento da base esportiva nacional; c) a carência de infraestrutura física apropriada ao esporte de rendimento; d) a insuficiência na capacitação de recursos humanos, técnicos e administrativos; e) disparidades regionais quanto à prática e o desenvolvimento do esporte de competição; f) falta de planejamento para o encerramento da carreira do atleta.

Pela Política Setorial do Esporte de Alto Rendimento (BRASIL, 2006), o Ministério do Esporte admite a necessidade de implementação de ações que permitam a ampliação do acesso ao Esporte de Alto Rendimento e que o não-detalhamento de todo o processo de formação do atleta para o alto rendimento dificulta o seu desenvolvimento.

Mais recentemente, o Governo Federal, por meio da III Conferência Nacional do Esporte, realizada em Brasília, de 3 a 6 de junho de 2010, lançou o Plano Decenal do Esporte e Lazer, com o título “10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”, estabelecendo linhas estratégicas, ações e metas para o desenvolvimento do esporte e lazer no país nos próximos anos.

A linha estratégica para o esporte de alto rendimento era a de propor ações que estruturassem de forma alinhada, as modalidades esportivas de alto rendimento, possibilitando saltos de qualidade e resultados de competitividade de alto nível. Uma vez que para tornar o Brasil uma potência olímpica e paraolímpica, é necessário um investimento na profissionalização técnica e de governança esportiva, na formação de atletas da base ao alto rendimento e nas condições de desenvolvimento de uma cultura olímpica (III CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE E LAZER, 2011).

Dentre as dez ações propostas pela Conferência para o esporte de alto rendimento, a primeira delas era a de “Promover o Esporte de Alto Rendimento para projetar o Brasil como potência esportiva mundial” que tinha como uma das metas ficar entre os 10 melhores colocados nas Olimpíadas de 2016 e entre os 5 melhores nas Paraolimpíadas de 2016. As ações ou estratégias que merecem destaque referem-se aos seguintes assuntos: detecção de atletas, pesquisa científica no esporte, apoio financeiro e suporte pós-carreira prestado aos atletas e infraestrutura de treinamento.

3.2.4 Fontes de financiamento público federal para o Esporte de Alto Rendimento

Apesar de se reconhecer a importância dos estudos no âmbito do financiamento, seja para o desenvolvimento de novos estudos científicos ou para o processo decisório de formação e de implementação de agendas governamentais, no campo das ciências do esporte, isto é incipiente (ATHAYDE, 2013). As poucas iniciativas de investigação se restringem nos estudos de Veronez (2005), Castelan (2010), Almeida (2010) e Athayde (2013). Sendo que em relação ao esporte olímpico, a investigação de Almeida (2010), se destaca como precursora.

Nos últimos anos, o financiamento governamental federal para EAR possuía quatro fontes principais: i) programa “Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão”, gerenciado pelo Ministério do Esporte com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), dentre os quais estão os convênios com entidades privadas e entes públicos, bolsa atleta, plano Brasil medalhas etc.; ii) Lei nº 10.264/2001, conhecida como Lei Agnelo/Piva, que destina ao COB e ao CPB o montante de 2% do total da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais; iii) Lei nº 11.438/2006, denominada de Lei de Incentivo ao Esporte, que possibilita a pessoas físicas e jurídicas doarem recursos para projetos de fomento de atividades de caráter esportivo, previamente aprovados pelo Ministério do Esporte, e deduzirem tal montante em sua declaração de imposto de renda; iv) recursos de patrocínio das seleções de algumas modalidades por parte das empresas estatais e os programas de Aceleração do Crescimento (para questões relacionadas com a infraestrutura). Considerando o ciclo olímpico de 2005-2008, podemos observar o montante aplicado no esporte de alto rendimento em relação a cada uma dessas quatro fontes (FIGURA 4).

Figura 4. Montante aplicado no esporte de alto rendimento, por fonte de recursos federais, acumulado de 2005 a 2008.

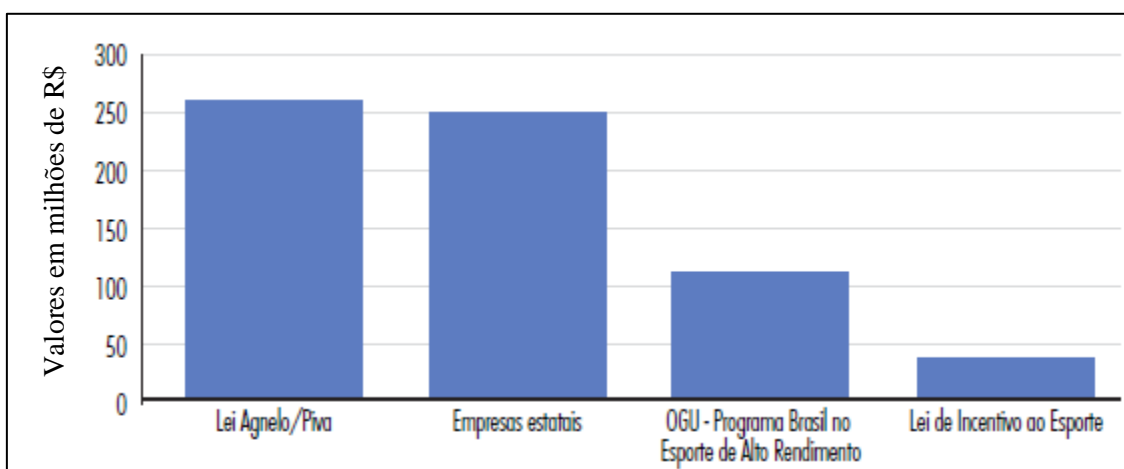


Figura retirada de Fundação Getúlio Vargas, 2009.

Após terminar em 22º em Londres, com 17 medalhas, o governo brasileiro reforçou a ideia de que o país deve ficar entre as 10 nações com mais medalhas nos Jogos Olímpicos do Rio em 2016. Para isso, no ano de 2012, em uma proposta de gestão integrada do Ministério do Esporte, confederações, Comitê Olímpico e Paralímpico e empresas estatais, foi divulgado o Plano Brasil Medalhas, que tem como objetivo colocar o Brasil entre os 10 primeiros países nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016.

Para tanto, o governo tem um plano de investimento, em que o ponto principal é aumentar a participação dos atletas brasileiros em competições internacionais. Esse trabalho será feito prioritariamente com as equipes sub-21 e sub-19, com planos específicos para cada esporte. Além disso, os atletas treinarão com comissões e técnicos estrangeiros. Aumentar o foco nas modalidades individuais do país, que já vêm tendo bons resultados, é outra estratégia para aumentar o número de medalhas.

Para isso, será investido um bilhão de Reais a mais do valor estabelecido no orçamento do Ministério do Esporte no período de 2013 a 2016, em ações para tentar fazer com que o país fique entre os 10 primeiros países nos JO e entre os 5 primeiros nos Jogos PO do Rio de Janeiro. Nesse plano, há novas categorias – a Bolsa-Pódio e a Bolsa-Técnico.

Dos recursos, dois terços virão do Orçamento Geral da União (OGU) e um terço, de investimentos de empresas Estatais (BRASIL, 2012). A quantia de 1 bilhão de Reais será dividida em 690 milhões de Reais para o apoio aos atletas (Bolsa Pódio, Bolsa Técnico, equipe multidisciplinar, apoio a treinamento no Brasil e no exterior, e participação em competições) e 310 milhões em centros de treinamento (aquisição de Equipamentos esportivos e apoio à construção, reforma e operação de 22 Centros de Treinamento, dos quais 21 são centros de modalidades olímpicas e um paraolímpico) (BRASIL, 2012).

Ainda dentro desse programa, se tem a informação de que algumas estatais apoiarão modalidades esportivas em um formato distinto do patrocínio que muitas delas já dão, focando na preparação de atletas e seleções para os JO/PO de 2016. Os investimentos das estatais e as respectivas modalidades patrocinadas são apresentados no Quadro 4:

Quadro 4: Modalidades patrocinadas por empresas estatais

Banco do Brasil	Vela
	Vôlei de quadra
	Vôlei de Praia
	Pentatlo Moderno
	Ciclismo
	Futsal
Banco do Brasil e Correios	Handebol
Banco do Nordeste (BNB)	Triatlo
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Canoagem
	Hipismo
Petrobras	Boxe
	Taekwondo
	Esgrima
	Handebol
	Levantamento de Peso
	Remo
Caixa Econômica Federal (CEF)	Atletismo
	Ciclismo BMX
	Futebol Feminino
	Ginástica
	Lutas Associadas
	Comitê Paralímpico
	Tiro Esportivo

Correios	Desportos Aquáticos
	Handebol
	Futsal
	Tênis
Eletrobrás	Basquetebol
Infraero e Petrobras	Judô

3.2.5 Análise Orçamentária do Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento

Na Figura 5 são apresentados os valores liquidados das despesas do ME para a Função Desporto e Lazer (FDL), no período de 2008 a 2012. A FDL subdivide-se em 3 subfunções: Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer.

Figura 5: Valores liquidados para cada subfunção de 2008 a 2012.

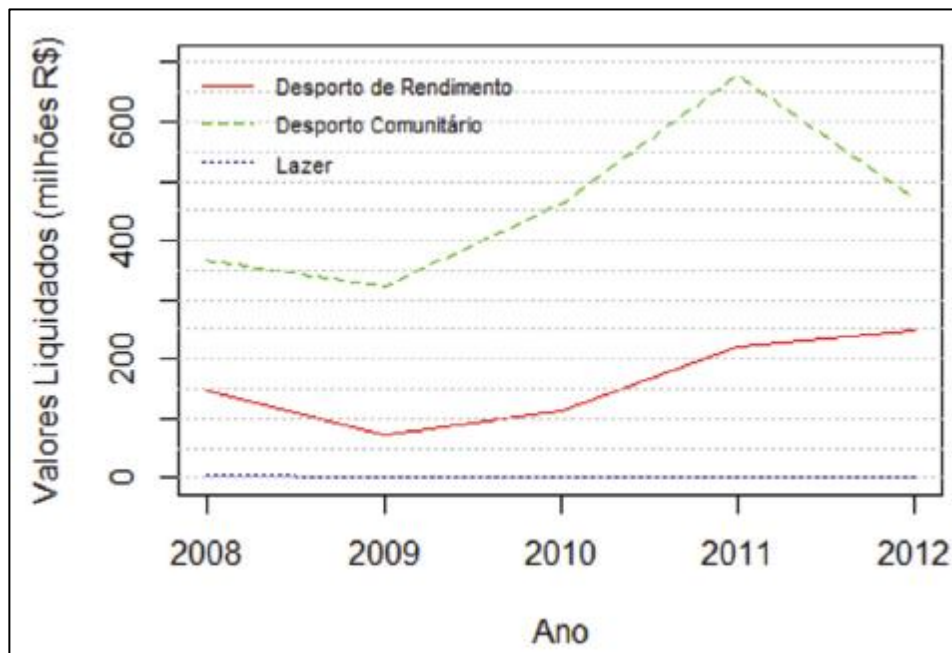


Figura retirada de Brasil, 2013

A Subfunção Desporto de Rendimento apresenta tendência de elevação dos gastos a partir de 2011, mantendo a tendência em 2012, fato que resulta do acréscimo de recursos destinados ao apoio às equipes e aos atletas, financiados pelas ações “Preparação de Atletas”, “Concessão de Bolsa a atletas” e à preparação para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016 (BRASIL, 2013).

Além do financiamento direto descrito anteriormente, este pode acontecer por meio do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, um instrumento de planejamento da ação de governo, previsto pelo Artigo 165 da Constituição Federal, que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável do país (STAREPRAVO, 2011).

Por meio dele, o governo declara e organiza sua atuação, a fim de elaborar e executar políticas públicas necessárias. Nele é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. O PPA orienta o Estado e a sociedade no sentido de viabilizar os objetivos da República.

Para essa parte do trabalho foram analisadas seis das quinze ações integrantes do Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento do PPA 2008-2011, constantes do “Cadastro de Ações 2010” da Secretaria de Orçamento Federal. As seis ações, consideradas estruturantes para o sistema de EAR, foram categorizadas conforme as questões do trabalho, e distribuídas de acordo com o Quadro 5.

Quadro 5. Ações orçamentárias do Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento que foram avaliadas pelo TCU, classificadas de acordo com as questões do trabalho.

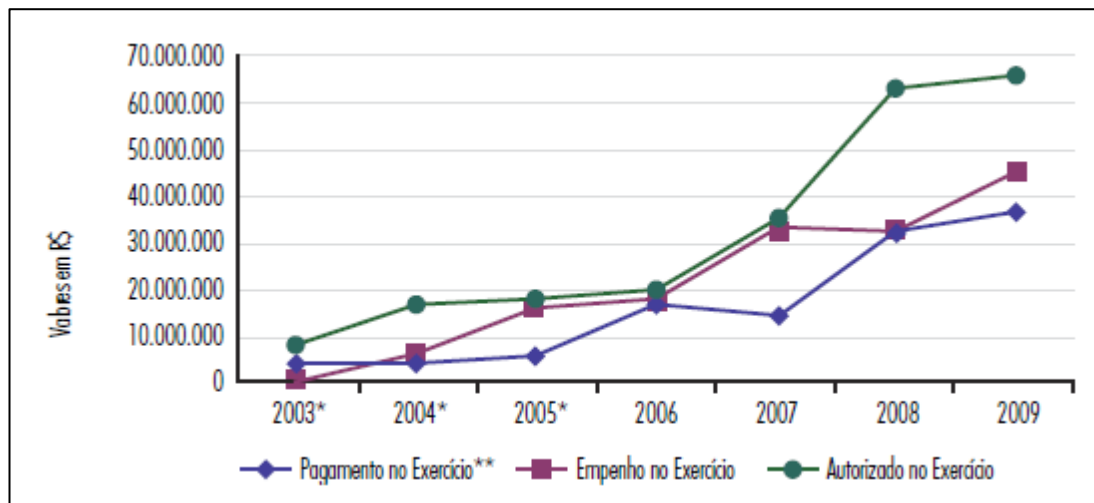
Ação	Denominação	Finalidade
2358	Funcionamento de Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento	Desenvolver o esporte de alto rendimento por meio de Núcleos de Categorias de Base.
8003	Detecção e Avaliação de Atletas de Alto Rendimento	Detectar potenciais talentos esportivos e identificar o estágio de performance dos atletas de alto rendimento, visando à melhoria do desempenho e dos resultados brasileiros em competições nacionais e internacionais.
2456	Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	Proporcionar o aprimoramento de profissionais para atuarem com o EAR.
1055	Implantação e Modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte	Prover o meio desportivo de condições para o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas [...]
09HW	Concessão de Bolsa a Atletas	Apoiar e promover o desenvolvimento e o aprimoramento de atletas destacados, praticantes de modalidades do EAR
8766	Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento	Implantar e modernizar espaços físicos para a prática do EAR, visando o aperfeiçoamento de atletas [...].

- Detecção e Formação de Atletas
 Financiamento do Atleta
- Ciência do Esporte
 Infraestrutura

Fonte: SIAFI Gerencial; Cadastro de Ações (Secretaria de Orçamento Federal, 2009).

Considerando apenas os recursos geridos pelo Ministério do Esporte, observa-se uma alocação crescente de recursos orçamentários (Lei Orçamentária + créditos adicionais) nas ações 2358, 8003, 2456, 1055, 8766 e 09HW do Programa “Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão” no período de 2003 a 2009, passando de R\$ 8 milhões para R\$ 65,9 milhões. Também se observa um crescimento dos recursos empenhados e pagos no período (FIGURA 6).

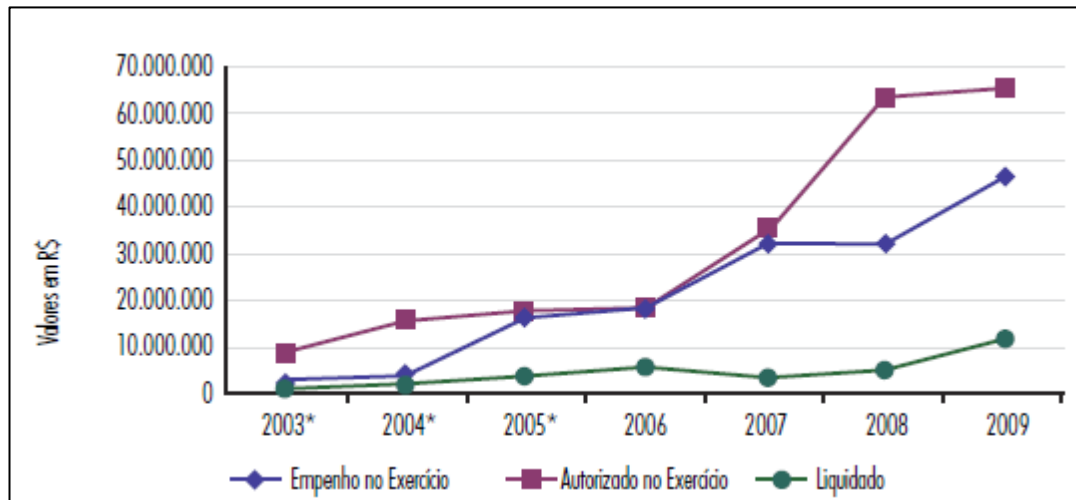
Figura 6. Créditos autorizados versus créditos Empenhados versus Pagamentos no Exercício, nas ações 2358, 8003, 2456, 1055, 8766 e 09HW no Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento, de 2003 a 2009.



Fonte: Relatório auditoria do esporte de alto rendimento do TCU, 2011. Fonte: Siafi Gerencial (consulta em fevereiro de 2011). * Consultas no SIAFI operacional.** Despesas Liquidadas + Restos a Pagar pagos.

Contudo, a capacidade de execução do Ministério do Esporte de 2003- 2009 não acompanhou tal crescimento, considerando as despesas liquidadas no exercício (FIGURA 7). Em média, a liquidação da despesa orçamentária foi de 14% do orçamento previsto. Em 2009, o nível de execução orçamentária (créditos liquidados) foi de 17%.

Figura 7. Créditos autorizados versus Créditos Empenhados versus créditos liquidados nas ações 2358, 8003, 2456, 1055, 8766 e 09HW no Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento, de 2003 a 2009.



Fonte: Relatório auditoria do esporte de alto rendimento do TCU, 2011. Fonte: Siafi Gerencial (consulta em fevereiro de 2011). * Consultas no SIAFI operacional.

Constata-se que a ação estruturante de maior materialidade do programa vem sendo a Concessão de Bolsa-Atleta (QUADRO 5), que contribuiu para o incremento do gasto nas ações estruturantes do esporte de alto rendimento observado entre 2003 e 2009.

Quadro 6. Execução orçamentária (créditos liquidados) das seis ações estruturantes do Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento, avaliadas pelo TCU, de 2003 a 2009. Valores em R\$ milhões.

Ação			2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
09HW	Concessão de Bolsa-Atleta	Autorizado			13,20	13,20	26,40	41,12	40,40
		Empenhado			13,14	13,20	26,40	21,10	40,40
		Liquidado			1,52	1,36	0,36	1,48	9,97
1055	Centros Científicos e tecnológicos	Autorizado	7,29	8,57	4,37	3,58	6,42	4,54	2,50
		Empenhado	0,94	3,83	3,37	3,20	1,70	0,78	0,15
		Liquidado	0,54	0,96	0,68	1,67	0,27	0,04	0,00
8766	Implantação e modernização de infraestrutura	Autorizado						9,19	14,00
		Empenhado						6,58	3,10
		Liquidado						0,25	0,00
2358	Funcionamento de núcleos de categoria de base	Autorizado		7,68	1,20	1,00	1,20	6,61	6,85
		Empenhado		0,14	0,84	0,90	1,10	2,62	1,38
		Liquidado		0,14	0,14	0,76	0,41	1,5	0,54
2456	Capacitação de recursos humanos	Autorizado		0,24	0,50	1,00	1,60	0,80	0,90
		Empenhado		0,23	0,26	0,97	1,59	0,68	0,53
		Liquidado		0,23	0,14	0,87	0,90	0,53	0,45
8003	Detecção e avaliação de atletas	Autorizado	0,70	0,45	0,30	1,00	1,00	1,00	1,2
		Empenhado	0,22	0,44	0,14	0,83	0,97	0,49	0,51
		Liquidado	0,13	0,34	0,25	0,61	0,10	0,09	0,00

Fonte: Relatório auditoria do esporte de alto rendimento do TCU, 2011.

Outra questão relevante é que, em 2009, houve descontinuidade no financiamento de ações estruturantes para o desenvolvimento do EAR, como detecção e avaliação de atletas e fomento à infraestrutura, que tiveram execução (créditos liquidados) zero (TCU, 2011). Um país que pretende estar entre as dez maiores potências olímpicas não pode restringir seus investimentos à concessão de bolsas para atletas. Outras ações importantes para o desenvolvimento e estruturação do EAR devem também ser desenvolvidas, questão que será abordada no presente trabalho.

4. PROGRAMAS E AÇÕES DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO DO BRASIL

O trabalho teve como objetivo verificar de que forma as ações no EAR estão favorecendo a detecção e o desenvolvimento de atletas de rendimento. Para isto, definiram-se quatro grandes eixos considerados por especialistas como fundamentais para o sucesso de uma política de EAR: a detecção e a formação de talentos esportivos, a ciência do esporte, a infraestrutura para treinamento, o apoio financeiro e a pós-carreira dos atletas.

4.1 DETECÇÃO E FORMAÇÃO DE TALENTOS ESPORTIVOS

O período entre a iniciação esportiva e o esporte de alto rendimento é designado pela teoria do treinamento esportivo como um período de formação, no qual se procura desenvolver bases que permitam aos atletas atingir resultados expressivos (CAFRUNI; MARQUES & GAYA, 2006).

A prática esportiva mundial mostra que o desempenho esportivo para o alto rendimento é alcançado quando os fundamentos necessários para o mesmo são desenvolvidos na infância e juventude. Uma boa formação esportiva é considerada o meio pelo qual ocorre o desenvolvimento de atletas talentosos, além da formação esportiva voltada para a prática do esporte participativo e de lazer como meio de promoção da qualidade de vida e da saúde na vida adulta (BÖHME, 2011; WEINECK, 1999).

O sucesso de um país no âmbito esportivo é fruto da combinação de muitos fatores econômicos, sociais, culturais, organizacionais, entre outros. A formação de atletas é um dos responsáveis pelo rendimento do país, sendo ela a base de promoção de novos talentos que poderão se tornar campeões olímpicos.

Formar atletas é um processo longo, que deve ser muito bem estruturado e planejado pelos órgãos responsáveis. A estrutura organizacional esportiva do país interfere de maneira decisiva na formação de atletas, pois ela organiza todo o processo de detecção, formação, seleção e promoção de talentos esportivos (DE BOSSCHER et al., 2008; DIGEL, 2002a; MEIRA & BASTOS, 2011).

O processo de detecção consiste, em um primeiro momento, na identificação ou descoberta de possíveis talentos esportivos. Essa descoberta se dá principalmente de duas formas: i) por meio do reconhecimento por parte de técnicos e professores do talento nas escolas de iniciação das diversas modalidades; ii) pela aplicação de testes protocolares desenvolvidos cientificamente que visam identificar habilidades físicas necessárias para uma determinada modalidade esportiva.

Na formação esportiva, a Educação Física escolar é extremamente importante, pois é na escola que as crianças têm o primeiro contato com o esporte na maior parte dos casos. No entanto, na maioria das modalidades, é nos clubes que elas buscam aprimorar o desempenho esportivo e caminhar em direção ao alto rendimento. Na prática, a força do binômio escola-clube ainda é notadamente importante no processo tradicional de formação de atletas no Brasil (PERES & LOVISOLO, 2006).

Segundo Peres & Lovisolo (2006), os atletas brasileiros reconhecem que a falta de política estruturada de um programa de formação esportiva foi um obstáculo enfrentado por eles em suas carreiras. Boas (2005) constatou que, além de não planejar a formação de atletas desde cedo, o Brasil nunca formulou uma política sistêmica de incentivo às modalidades olímpicas. O resultado desse mau planejamento é a falta de atletas para reporem o lugar dos ídolos quando eles deixam o esporte (SANTOS; GIMENEZ; REBOUÇAS; SCHIMITT & RENNÓ, 2004).

Sem um bom sistema de detecção de talentos não se pode almejar resultados consistentes no esporte de alto rendimento, que passa a depender de iniciativas isoladas e esporádicas. O sucesso no processo de identificação depende, por um lado, de uma base ampla de escolas de iniciação nas diversas modalidades, permitindo que um número maior de crianças e jovens conheçam e tenham contato com a modalidade, bem como acesso à iniciação esportiva. Dessa forma, aumenta a probabilidade do surgimento de novos talentos.

De acordo com Bojikian & Silva (2007), não há um planejamento nacional de formação de atletas e uma estrutura adequada e organizada para tal objetivo no Brasil. Tal observação corrobora a visão da realidade brasileira tanto em relação às políticas públicas como a atuação de entidades de administração do esporte.

Embora existam programas federais e estaduais voltados à formação de atletas, assim como de confederações e federações de modalidades, os mesmos se apresentam desconectados e não seguem um modelo organizacional que permita um melhor desenvolvimento dos talentos (MEIRA & BASTOS, 2011).

De acordo com Ferreira (2007), para um país tornar-se forte no esporte de alto rendimento, é necessária a prática esportiva das modalidades nas escolas, ou proporcionar às crianças e jovens locais essa prática. Entretanto, grande parcela das crianças e jovens com idade adequada para a iniciação esportiva não possui acesso a esses programas, em virtude de não haver disponibilidade de escolas de iniciação esportiva.

A auditoria operacional sobre o Esporte de Alto Rendimento no Brasil realizada pelo Tribunal de Contas da União (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2011) identifica que a separação entre educação física escolar e esporte vem contribuindo negativamente para a formação esportiva. No país, 79% das escolas públicas de nível fundamental e médio realizam atividades lúdicas nas aulas de educação física. As escolas particulares passaram a oferecer atividades esportivas no contra turno, mas 75% das escolas públicas não realizam práticas desportivas no contra turno, o que restringe o acesso das crianças ao esporte.

Como analisaram Peres & Lovisolo (2006), os clubes sempre foram muito importantes no Brasil no que se refere à formação esportiva. No entanto, alguns fatores estão contribuindo negativamente para essa relação.

A maioria dos clubes brasileiros é frequentada pela elite econômica do país. Esse fator dificulta o acesso de classes econômicas mais baixas à formação esportiva. Em alguns casos, os sócios restringem a utilização das dependências do clube por terceiros. Outro fator de destaque é o grau de endividamento que alguns clubes se encontram atualmente (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2011).

A disposição geográfica dos clubes também restringe o acesso de crianças e adolescentes à formação esportiva. No Brasil, 49% dos clubes se encontram na região sudeste e 30% na sul. Seis estados brasileiros (São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná) concentram 75% dos clubes (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2011).

Essas limitações foram destacadas no relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (2011), no qual os autores entendem como necessária a ampliação do número de escola de iniciação à prática esportiva, pois os clubes não são suficientes para suprir a demanda de formação esportiva e as escolas sofrem com problemas de infraestrutura e orientação pedagógica.

Por outro lado, a aplicação de protocolos científicos voltados para a identificação de potenciais talentos, como alternativa ou complemento dessa detecção, exige uma ampla coordenação com as instituições responsáveis pelo desenvolvimento do atleta, uma vez que frequentemente essas crianças e jovens não fazem parte do universo esportivo e precisam ser nele introduzidos.

Enfim, é importante reconhecer que a detecção do talento não envolve apenas a sua identificação, mas o seu encaminhamento para a formação específica que visa o alto rendimento. Somente após iniciada a formação é que se pode afirmar que o possível talento foi detectado. Isso porque diversos fatores podem afastá-lo do início da formação, a exemplo de: falta de motivação e de apoio familiar; não adaptação a certa modalidade; e dificuldades para arcar com alimentação e transporte. Nos itens que se seguem, serão apresentados os principais problemas encontrados pela autora no processo de detecção de atletas desenvolvido no Brasil.

4.1.1 Grande contingente de crianças/jovens sem acesso à iniciação da prática esportiva

O artigo 217 da Constituição Federal de 1988 indica como dever do Estado fomentar a prática desportiva formal e não formal. Esse dever se traduz, entre outros, no objetivo do programa “Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão”, que é democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento. Além disso, é consenso entre os especialistas que para um país tornar-se forte no EAR, é necessário a prática esportiva das modalidades nas escolas (FERREIRA, 2007) ou proporcionar às crianças e jovens locais para essa prática. Todavia, dentro do universo de crianças e jovens com idade adequada para a prática desportiva, uma grande parcela não possui acesso a essa prática em virtude de não haver disponibilidade de escolas de iniciação desportiva nas diversas modalidades.

Segundo Tudor O. Bompá (2002), a idade ideal para o início da prática desportiva varia de 8 a 14 anos, dependendo da modalidade, embora algumas modalidades prevejam o início ainda mais cedo, como é o caso da ginástica. Segundo consta do sítio do INEP, o Brasil possui 29,2 milhões de alunos de 7 a 14 anos (INEP, 2013). Todos esses alunos são potenciais candidatos à iniciação esportiva, desde que esta lhes seja disponibilizada.

Ao aplicar a expectativa de talentos a essa população, de acordo com referencial citado pelo Tribunal de Contas da União (2011), de que 2% do público avaliado possui elevado potencial para o alto rendimento, ter-se-iam algo em torno de 580 mil crianças e jovens com esse perfil. Este número demonstra o grande potencial esportivo do país.

Embora não haja estatísticas do número de crianças e jovens inseridos em um processo formal de iniciação desportiva, e, por conseguinte, do número de crianças que estão excluídas, nem tenha sido possível fazer essa estimativa nessa auditoria, a análise das limitações encontradas nas principais formas de disponibilização de acesso à iniciação da prática desportiva é suficiente para concluir que o acesso é precário e não democrático.

No Brasil, tradicionalmente, as oportunidades de iniciação esportiva se encontravam principalmente nas escolas e nos clubes. Contudo, essas duas opções perderam a capacidade de oferta de vagas para a iniciação esportiva. A indisponibilidade da iniciação à prática desportiva para grande parte do público alvo termina por impedir a disseminação de uma cultura esportiva no país, além da exclusão de grande número de possíveis talentos dos sistemas de detecção para o esporte de alto rendimento.

4.1.2 Escolas públicas desvinculadas da iniciação esportiva

Pode-se dividir em três formas a participação esportiva de jovens: na escola, na participação não organizada (informal) e na participação organizada (formal). Um dado importante de se avaliar diz respeito a oportunidade que as crianças têm de participarem de atividades esportivas na escola, nas aulas de educação física ou em atividades extracurriculares no contra turno escolar.

O objetivo da Educação Física na escola é na prática inclusiva com foco nos princípios socioeducativos por meio dos Jogos, Ginásticas, Esportes e Lutas; Atividades rítmicas e expressivas; Conhecimentos sobre o corpo (PCN, 1998). Podemos observar no quadro a seguir a obrigatoriedade da educação física escolar nos diferentes anos de ensino:

Quadro 7. Obrigatoriedade da Educação Física Escolar nas diferentes etapas de ensino e respectivo número de alunos.

Educação Física	Obrigatoriedade	Aulas na semana	Quantidade de alunos
Educação Infantil	Não	-	5.492.301
Ensino Fundamental	Sim	2*	23.446.790
Ensino Médio	Sim	2*	7.031.624

Fonte: Censo Escolar, 2014. *Não existe uma determinação pela LBD, mas comumente as escolas adotam duas aulas semanais.

A pesquisa realizada pelo TCU com escolas públicas de nível fundamental e médio mostra que 79% das respondentes realizam atividades lúdicas nas aulas de Educação Física. Especialistas na área relatam que algumas escolas, principalmente as particulares, passaram a oferecer a prática desportiva no contra turno, mas esse não foi o quadro para a grande maioria das escolas públicas pesquisadas pelo TCU. Segundo a pesquisa, 75% das respondentes afirmam que não realizam tais atividades no contra turno.

Em artigo publicado em 2007, Raimundo Ferreira (2007) considerou que:

“a oferta de atividades esportivas extracurriculares é nomeadamente extensa na China, em Cuba, nos Estados Unidos e na Rússia. Ela é ampla na Alemanha, na Austrália e na França, porém, no Brasil, na Espanha e em Portugal pode ser considerada reduzida”.

Diversos fatores contribuíram para esse cenário: a falta de estrutura das escolas; deficiências na formação dos professores ou a ausência deles; e a falta de uma política que enfrentasse o problema.

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2003, cerca de 20% das escolas do país possuem instalações esportivas, variando de 7,4% na Região Nordeste (pior situação neste indicador) a 39% nas regiões Sudeste e Sul (melhor situação).

É importante lembrar que existem programas federais como: Programa Segundo Tempo (2003), Programa Mais Educação (2007) e Programa de Formação Escolar – Atleta na Escola (2013) que incentivam a universalização do acesso à prática esportiva.

O Programa Segundo Tempo, de responsabilidade da SNEPIS (Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social), atualmente não prevê a prática desportiva em modalidades específicas com a finalidade de preparar novos atletas, mas como elemento das múltiplas vivências corporais. Sua ênfase é o desenvolvimento motor e o aspecto lúdico e de socialização por meio do esporte, alinhado com as diretrizes da educação física escolar.

O Programa Mais Educação é focado nas escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e tem por objetivo principal oferecer atividades sócio-educativas no contra turno, como forma de aumentar o desempenho acadêmico. As escolas são provocadas a escolher dentre diversos macrocampos, entre os quais o de “Esporte e Lazer”, no qual há várias modalidades disponíveis para a prática esportiva.

Com relação ao sistema de competição escolar, se tem os Jogos Escolares que são uma parceria do ME e o COB, e têm como objetivos: fomentar a prática do esporte escolar com fins educativos; possibilitar a identificação de talentos esportivos nas escolas; contribuir para o desenvolvimento integral do aluno como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania por meio do esporte; e garantir o conhecimento do esporte de modo a oferecer mais oportunidade de acesso à prática do esporte escolar aos alunos. O evento é realizado anualmente, dividido em duas etapas com faixas etárias distintas (12 a 14 anos e 15 a 17 anos), competindo em 13 modalidades esportivas. Segundo o site do programa, a participação nas duas etapas no ano de 2013 soma aproximadamente 8.500 dos alunos/atletas. Uma das metas estabelecidas pelo comitê organizador do programa é ampliar a quantidade de atletas integrantes à delegação brasileira nos Jogos Olímpicos revelados no programa (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2013c).

Segundo dados da auditoria do Tribunal de Contas da União (2010), é importante destacar alguns aspectos no sistema de competição escolar. Boa parte das escolas públicas brasileiras não participa das competições. Em 2008, 3.695 municípios brasileiros (66% do total) permaneceram sem se envolver nas Olimpíadas Escolares nas categorias com faixa etária de 12 a 14 anos. Na faixa dos 15 aos 17 anos, a ausência foi maior, de 4.270 municípios (77%). Verifica-se, portanto, um contingente de escolas, tanto públicas como particulares, que estão à margem do processo. Podem-se vislumbrar várias razões para tal fato: a) como não há prática desportiva nas escolas, não há equipes para disputar (contudo, a competição poderia servir de estímulo para a organização da prática desportiva); b) insuficiente esforço para envolver os responsáveis pelo esporte municipal e local; c) falta de divulgação do evento; d) falta de recursos financeiros para arcar com diárias e passagens dos alunos.

A fim de incentivar a prática esportiva na escola e assim, identificar possíveis talentos esportivos, o Programa de Formação Esportiva Escolar - Atleta na Escola foi criado. Ele é uma parceria dos Ministérios da Defesa, do Esporte e da Educação implantado no ano de 2013. O programa tem os objetivos de incentivar a prática esportiva nas escolas; democratizar o acesso ao esporte; desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes de educação básica; estimular a formação do atleta escolar; e identificar e orientar jovens talentos. Esses objetivos são alcançados por meio de duas ações:

1) Jogos Escolares: competições que identificarão talentos nas diferentes modalidades esportivas;

2) Núcleo de Esporte Escolar: acolhimento dos talentos identificados nos jogos escolares.

4.1.3 Dificuldade de Acesso a Clubes

Tradicionalmente, a iniciação esportiva tem se dado nos clubes. Todavia, a concentração espacial e os custos para a população se associar faz com que apenas uma elite tenha acesso ao EAR por meio dos clubes.

Segundo a Confederação Brasileira de Clubes, existiam no Brasil, em 2010, 13.826 clubes, que atendem mais de 55 milhões de associados. A distribuição dos clubes por estado está demonstrada no Gráfico 7. Fica evidente a concentração dos clubes nas regiões Sudeste (49%) e Sul (30%). Seis estados brasileiros (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro) concentram 75% dos clubes (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES, 2010).

Uma importante característica dos clubes brasileiros é a de que acabam sendo de usufruto, em sua maioria, pela elite econômica do país. Os sócios desses clubes por vezes colocam restrições à utilização da estrutura dos clubes por terceiros. Como resultado, o acesso às escolas de esporte, em geral, está restrita aos sócios.

Outro fator que tem restringido a prática desportiva refere-se ao grau de endividamento em que se encontram alguns dos principais clubes brasileiros (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2013). Tal situação tem contribuído para a redução de investimentos em modalidades olímpicas, muitos se centrando prioritariamente no futebol. Assim, dadas essas condições geográficas e socioeconômicas, os clubes, de modo agregado, acabam contribuindo pouco no processo de universalização da disponibilidade de escolas de iniciação esportiva. Essa realidade é fator restritivo à disseminação de uma cultura esportiva no país, além de contribuir para a exclusão de grande número de possíveis talentos dos sistemas de detecção para o esporte de alto rendimento.

4.1.4 Inexistência de um Sistema Nacional de Detecção de Talentos Esportivos

Constatou-se que não há um sistema nacional de detecção de potenciais talentos esportivos, pois as iniciativas que tiveram lugar até aqui, por parte do Ministério do Esporte, foram pouco abrangentes, incompletas e não conseguiram atingir o objetivo de qualquer processo de detecção, que é o encaminhamento de talentos para os locais de desenvolvimento do potencial encontrado.

Como foi descrito, a ampliação do número de escolas de iniciação à prática desportiva nas modalidades é um dos vetores necessários para tornar um sistema de detecção de talentos mais eficiente e eficaz. Essa iniciativa deve ser complementada com a aplicação de protocolos científicos voltados para a identificação dos talentos. Além disso, para que a ação seja completada adequadamente, é necessária uma ampla coordenação com as instituições responsáveis pela formação do atleta, com o intuito de garantir o encaminhamento correto desses possíveis talentos, uma vez que frequentemente essas crianças e jovens não fazem parte do universo esportivo e precisam ser nele introduzidas, do contrário, o resultado esperado não será obtido.

Dentre as ações específicas para atuar na detecção de talentos esportivos já realizadas pelo Ministério do Esporte, está a: Detecção e Avaliação de Atletas de Alto Rendimento. Em 2004, no bojo dessa ação, foi executado o projeto Descoberta de Talentos, dividido em duas partes: a) o “Dia da descoberta do talento esportivo”, um evento que pretendeu avaliar 100 mil estudantes entre 10 e 15 anos de idade para identificar possíveis atletas; b) o “Talento Esportivo na Escola”, no qual escolas de todos os estados continuariam, por um mês, avaliando seus estudantes no momento das aulas de educação física, e cuja meta era avaliar 1,9 milhões de estudantes. Os talentos detectados foram incluídos em um banco de talentos (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2005).

O Ministério do Esporte pretendia disponibilizar o resultado desse banco ao COB, confederações, federações, clubes e demais instituições interessadas em investir na formação de novos atletas. A meta final do projeto Descoberta de Talentos Esportivos era cadastrar 40 mil novos atletas. Verifica-se que foram avaliadas quase 57 mil crianças em todo o país, sendo consideradas como potenciais talentos aproximadamente 4,8 mil. O resultado ficou aquém do esperado, não apenas porque o número de talentos identificado correspondeu a

pouco mais de 10% da meta inicial, mas, principalmente, porque não houve um aproveitamento da base pelas instituições formadoras.

No ano seguinte, em 2005, foram investidos cerca de R\$ 42 mil no desenvolvimento da ação de capacitação de recursos humanos para avaliar estudantes entre 7 e 14 anos de idade, em dois momentos distintos e complementares: a) na escola, durante o ano letivo; b) na comunidade, em instituições com atividades esportivas alternativas (clubes esportivos, projetos esportivos, escolinhas esportivas, associações esportivas e outros na mesma linha). Foram avaliadas mais de 56 mil crianças, sendo 1.023 delas consideradas como possíveis talentos. Novamente os resultados não tiveram o aproveitamento esperado, uma vez que as informações não foram convertidas em novos talentos absorvidos pelas instituições formadoras.

Em 2006, foram investidos R\$ 168,4 mil na realização de avaliações nas Olimpíadas Escolares Nacionais, realizadas em Poços de Caldas/MG. Vale observar que o número de alunos participantes da etapa nacional das Olimpíadas Escolares realizada naquele ano (faixa etária de 12 a 14 anos) foi de 2.510, número muito menor que a quantidade de alunos avaliada nos anos anteriores (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2010).

Os sucessivos insucessos na estratégia de detecção mostram que o elemento crítico sempre foi o encaminhamento do talento identificado. As ações não foram coordenadas com as instituições formadoras, de modo que o banco de talentos não cumpriu o seu papel.

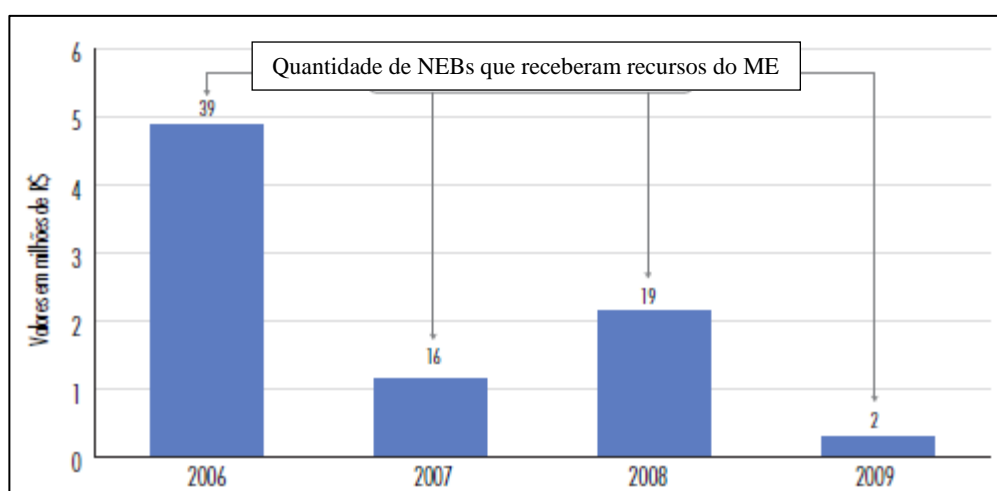
A dificuldade no encaminhamento revela outra importante fragilidade do sistema esportivo nacional: a desarticulação e insuficiência de instituições responsáveis pelo início do desenvolvimento esportivo e pela introdução dos potenciais talentos no universo do alto rendimento.

Por seu caráter de formação inicial, essas instituições devem estar em locais próximos aos locais de moradia dos talentos, o que exige uma capilaridade muito grande da estrutura dada as dimensões territoriais do país. Os clubes, que tradicionalmente foram os responsáveis pelo desenvolvimento de atletas, não possuem condições para, sozinhos, suprirem essa necessidade, pois aqueles que são verdadeiramente formadores de atletas são poucos, e estão concentrados nas grandes cidades.

O Ministério do Esporte, ciente da necessidade de estruturar a base para a formação de atletas de alto rendimento, possui uma ação específica denominada “Funcionamento de

Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento”. Dentro desta ação foram implantados, a partir de 2006, diversos Núcleos de Esporte de Base (NEBs). Apesar da importância da iniciativa para reforçar a base da rede de desenvolvimento, o que se observou nos anos seguintes foi uma diminuição do investimento nos núcleos, conforme demonstrado na Figura 8.

Figura 8. Histórico de repasse de recursos aos Núcleos de Esporte de Base (NEBs) pelo Ministério do Esporte, de 2006 a 2009.



Fonte: Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento em Relatório de Auditoria do Esporte de Alto Rendimento do TCU (2011).

Em 2009, apenas dois NEBs receberam recursos. Além disso, nesse ano foi aplicado nos NEBs apenas 5% do valor aplicado em 2006. Isso mostra o enfraquecimento da ação e o desperdício de recursos públicos, consequência da descontinuidade dos projetos financiados pelo Ministério do Esporte. O resultado é o abandono do trabalho de base de um grande número de atletas com potencial e que, por conseguinte, deixa de ascender ao alto rendimento (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2011).

Ficou demonstrado que ainda não há definição clara de responsabilidades no sistema esportivo brasileiro no que tange ao processo de formação de atletas. Tal situação já fora constatada na Política Setorial de Alto Rendimento (RESOLUÇÃO ME nº 10/2006), em que foram realizadas considerações acerca dos fatores relevantes que interagem para dificultar o desenvolvimento do esporte de alto rendimento:

“[...] ausência de políticas governamentais integradas nas três esferas do poder público federal, estadual e municipal, a falta de um detalhamento de todo o processo de formação do atleta para o alto rendimento, inclusive com a definição das atribuições e responsabilidades dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento da base esportiva nacional (BRASIL, MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006)”.

4.2 CIÊNCIA DO ESPORTE

A ciência do esporte pode proporcionar benefícios como a melhora do desempenho do esporte de alto rendimento, a prevenção de lesões em atletas, a geração de informações úteis à intervenção do treinador no processo de treinamento ou que resultem na melhoria do desempenho do atleta. O apoio advindo da ciência do esporte tem sido apontado como elemento chave e diferenciador de muitos países que se destacam como potências esportivas.

Em estudo comparativo de alguns sistemas esportivos mundiais, Ferreira (2007) relacionou cinco elementos fundamentais responsáveis pela sustentação dos sistemas esportivos nacionais. A participação da ciência do esporte, um desses elementos, foi definida, pelo autor, como a importância atribuída aos institutos governamentais específicos de pesquisa que garantem a realização de projetos de investigação científica para o esporte de alto rendimento e sua documentação e divulgação; bem como à oferta de apoio multidisciplinar à disposição dos treinadores, atletas e equipes, seja nas escolas esportivas, nos centros de alto rendimento, nos centros de promoção de talentos e nos institutos médicos esportivos (FERREIRA, 2007).

A Política Nacional do Esporte, institucionalizada por meio da Resolução nº 5/2005 do CNE, preconiza como uma de suas diretrizes o fomento à produção e difusão do conhecimento no esporte, tendo a ciência e a tecnologia do esporte importante contribuição no alcance desse objetivo.

A Política Setorial do Esporte de Alto Rendimento estabelece como uma de suas linhas de ação o desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia aplicadas ao esporte de alto rendimento, bem como a implantação de centros de pesquisa esportiva e a modernização dos existentes. Ela também estabelece que a ciência do esporte deve proporcionar ao EAR embasamento técnico e científico, necessários à constante evolução dos

procedimentos adotados por técnicos, atletas e para atletas, nas diversas fases de suas carreiras (Resolução GM/ME nº 10/2006). O caput da Portaria GM/MET nº 221/2002 estabelece como uma das finalidades da Rede Cenesp avaliar atletas nas diferentes manifestações esportivas e detectar, selecionar e apoiar o desenvolvimento de talentos esportivos, conjugando esforços com as entidades de administração de práticas esportivas.

No Brasil não há nenhum instituto governamental específico de pesquisa para o esporte e apoio multidisciplinar para os atletas de alto rendimento. Algumas dessas funções foram atribuídas ao projeto interinstitucional denominado Rede de Centros de Excelência Esportiva (Rede Cenesp). A Rede foi criada em 1995 e é ligada ao Departamento de Excelência Esportiva, vinculado a SNEAR. Em 2013, era composta por 9 centros de Ensino de Educação Física/Esportes.

De acordo com o caput da Portaria GM/ME nº 221/2002, a Rede Cenesp tem por finalidade apoiar o esporte nacional com o desenvolvimento, aplicação e transferência de métodos e tecnologias. Consta do sítio do Ministério do Esporte a atribuição da Rede Cenesp desenvolver as seguintes ações (consulta realizada em setembro/2013):

- a) Avaliação de atletas de rendimento, que compreendem: avaliação médica; avaliação fisiológica; avaliação biomecânica; avaliação psicológica; avaliação das capacidades e habilidades motoras; e avaliação fisioterápica. A idéia é traçar perfis de performance nas diferentes modalidades esportivas e definir indicadores para o planejamento, controle e orientação de programas de treino;
- b) Produção de conhecimento por meio de estudos e pesquisas científicas e tecnológicas na área de esporte;
- c) Desenvolvimento profissional, com a oferta de cursos de especialização a professores de educação física, técnicos esportivos e profissionais do esporte;
- d) Promoção de eventos e intercâmbios científicos e tecnológicos para o esporte.

No relatório do Tribunal de Contas da União (2011) é possível observar o montante de recursos repassados pelo Ministério dos Esportes para Rede Cenesp desde sua criação, em 1995, até 2009 (FIGURA 9). Em quinze anos, foram destinados R\$ 15,8 milhões para as universidades da rede. Além disso, em 2006, foi lançada, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a chamada pública “MCT/ Finep/ME – C&T para o Esporte – 01/2006”,

apoiando projetos de desenvolvimento, aplicação e transferência de metodologias e tecnologias inovadoras na promoção do esporte e fortalecimento da Rede Cenesp, destinando cerca de R\$ 4,0 milhões de reais para algumas de suas universidades.

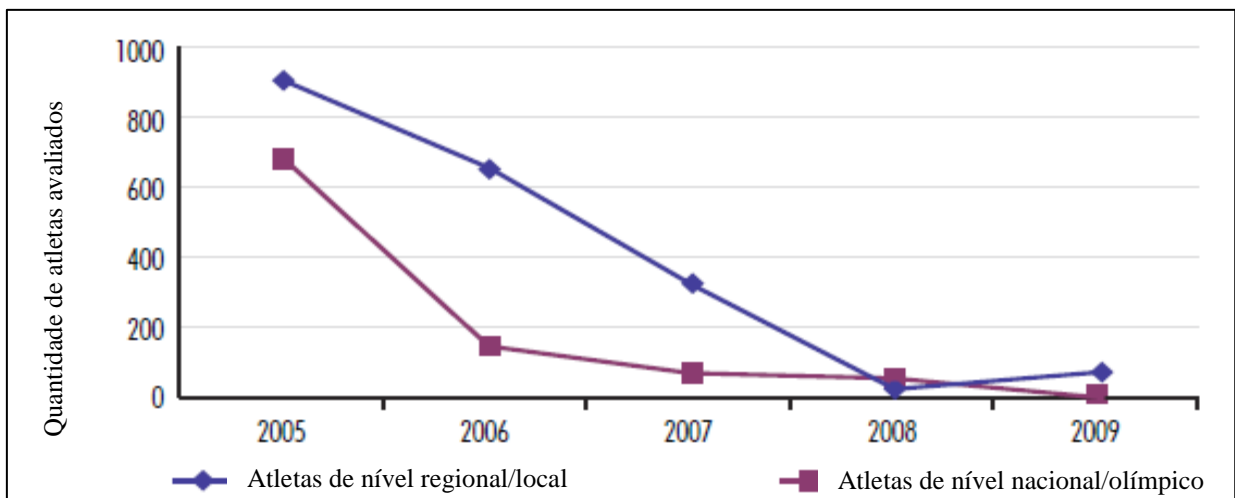
Figura 9. Recursos repassados pelo Ministério do Esporte à Rede Cenesp, de 1995 a 2009. Valores em R\$ Milhões.



Fonte: Relatório do TCU, 2011.

Conforme mostrado na Figura 10, houve significativo decréscimo no total de avaliações anuais realizadas pela Rede Cenesp no período 2005-2009 (redução de 1.577 para 66 atletas/ano), com reflexo tanto para os atletas de nível local/ regional como para aqueles de nível nacional e olímpico.

Figura 10. Histórico de avaliações de atletas realizadas pela Rede Cenesp, de 2005 a 2009.



Fonte: Relatório do TCU, 2011.

No Relatório de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União sobre o Esporte de Alto Rendimento (TCU, 2011), os autores relatam que, a partir de entrevistas realizadas com gestores da SNEAR, foram feitos questionamentos acerca do perfil e do critério de seleção dos atletas que foram avaliados pela Rede Cenesp, bem como quais os serviços gerados para os atletas após essas avaliações. Foi informado pelos entrevistados que as confederações ficaram responsáveis pela definição dos critérios, e os aplicava próximo a eventos esportivos. Os gestores relataram que:

“em muitos casos, só foi realizada uma avaliação inicial, mas não houve um acompanhamento ou uma intervenção a partir dessa avaliação. Na percepção do gestor, as avaliações deveriam ser sistemáticas. A parceria deve ser contínua e contemplar o ciclo inteiro do atleta. O Cenesp tem que estar junto acompanhando, mas não teve recursos para isso”.

Tani (2009) referenda tal entendimento sobre as avaliações, explicando que:

“No que se refere especificamente às avaliações do treinamento, sabe-se que aquelas feitas às vésperas de competições, sem relação com o protocolo de treinamento desenvolvido ao longo do tempo, têm limitada utilidade. É nitidamente diferente uma avaliação do “estado” do atleta num determinado momento (véspera de competição) e uma avaliação periódica e regular adequadamente contextualizada num plano de treinamento (processo). A universidade tem desenvolvido uma série de meios e técnicas para avaliação em diferentes domínios de performance, de forma que possui *know how* capaz de contribuir efetivamente na formação do atleta. No esporte de rendimento atualmente desenvolvido no nosso país, a avaliação às vésperas da competição é superestimada quanto à sua utilidade. Muitas vezes a avaliação configura-se como um fim em si mesmo. Além disso, ela se concentra em aspectos físicos e não abarca outras dimensões da performance do atleta que necessitam ser conhecidas. Essas considerações não pretendem negar a contribuição da avaliação às vésperas de competições, o que não se pode é atribuir a ela funções que não lhe são pertinentes”.

A produção do conhecimento científico e, especialmente, sua disseminação por meio da formação de recursos humanos, que constitui uma importante contribuição que a ciência do esporte pode oferecer ao alto rendimento, é outro ponto importante que deve ser analisado.

Em estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (2009), foi apontado que:

“o conhecimento produzido na área não atende à demanda para preparação de atletas de alto rendimento, havendo uma deficiência na área de pesquisa aplicada ao esporte no Brasil. Segundo a FGV (2009), A Rede Cenesp não teve os resultados esperados na produção

de conhecimentos acadêmicos específicos ou na articulação da pesquisa acadêmica com a comunidade esportiva”.

É necessário que haja maior aplicabilidade para o conhecimento gerado pela Rede Cenesp. Deveria haver mais pragmatismo da academia de maneira que se voltasse mais para a realidade de campo do atleta. De acordo com o estudo da FGV:

“para que a pesquisa seja efetiva e alcance o atleta, sua agenda precisa ser pautada pela busca do conhecimento que serve como instrumento prático de melhora da atividade de atletas, treinadores, médicos, cientistas e profissionais relacionados ao esporte (FGV, 2009)”.

A partir do exposto, pode-se inferir que a universidade precisa chamar alguém que consiga se comunicar com o esporte, pois sua interlocução com a comunidade esportiva encontra-se deficiente. As universidades, pelo seu perfil estritamente acadêmico, muitas vezes se colocam, ainda que não intencionalmente, distante das práticas esportivas, em contraposição ao perfil técnico da comunidade esportiva, o que acaba por gerar barreiras de comunicação entre esses atores.

4.3 APOIO FINANCEIRO PRESTADO PELO MINISTÉRIO DO ESPORTE AOS ATLETAS

O programa Bolsa Atleta é resultante da primeira Conferência Nacional do Esporte (BRASIL, 2004), sendo sancionado em 2004. De acordo com Almeida e Marchi Júnior (2012, p. 589), ele foi criado para suprir o baixo investimento realizado pelo COB e pelas Confederações na manutenção dos atletas.

A Bolsa-Atleta é uma ação do governo federal, gerenciada pelo Ministério do Esporte, instituída, em 2004, com a publicação da Lei nº 10.891 (regulamentada pelo Decreto nº 5.342/2005 e alterada pela Lei nº 11.096/2005) (BRASIL 2004; BRASIL 2005). Seu objetivo é auxiliar, por meio de um repasse mensal fixo, o desenvolvimento e a preparação esportiva de atletas de alto rendimento que cumpram os pré-requisitos estabelecidos na legislação (BRASIL, 2004).

De acordo com o § 2º do art. 1º da lei que instituiu a Bolsa-Atleta, foram criadas: a) a categoria atleta estudantil, destinada aos estudantes que participem com destaque dos Jogos Escolares e Universitários Brasileiros; b) a categoria atleta nacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional e obtido resultado expressivo (1ª a 3ª colocação); c) a categoria atleta internacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva no exterior e obtido resultado expressivo (1ª a 3ª colocação); d) a categoria atleta olímpico e paraolímpico, relativa aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (BRASIL, 2005).

Tentando corrigir algumas imperfeições, com a edição da Medida Provisória nº 502, em setembro de 2010, foram instituídas duas novas categorias do benefício – Atleta Pódio e Atleta de Base - no programa Bolsa-Atleta (BRASIL, 2010). Na categoria Atleta Pódio pretende-se contemplar esportistas de modalidades individuais previstas no programa dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos com reais chances de medalhas que estejam nas primeiras 20 posições do ranking mundial. O benefício é válido por quatro anos, durante o ciclo olímpico, ou enquanto o atleta permanecer bem posicionado no ranking. O atleta deve estar vinculado ao Programa Atleta Pódio.

A categoria Atleta de Base é destinada aos atletas que participem com destaque das categorias iniciantes, a serem determinadas pela respectiva entidade nacional de administração esportiva. A bolsa Atleta de Base visa suprir lacuna da categoria Estudantil, que não contemplava esportistas de destaque em categorias iniciantes de todas as modalidades olímpicas, seja porque a modalidade não está incluída em competições nacionais estudantis ou porque o atleta de base passou da idade de receber a bolsa Estudantil.

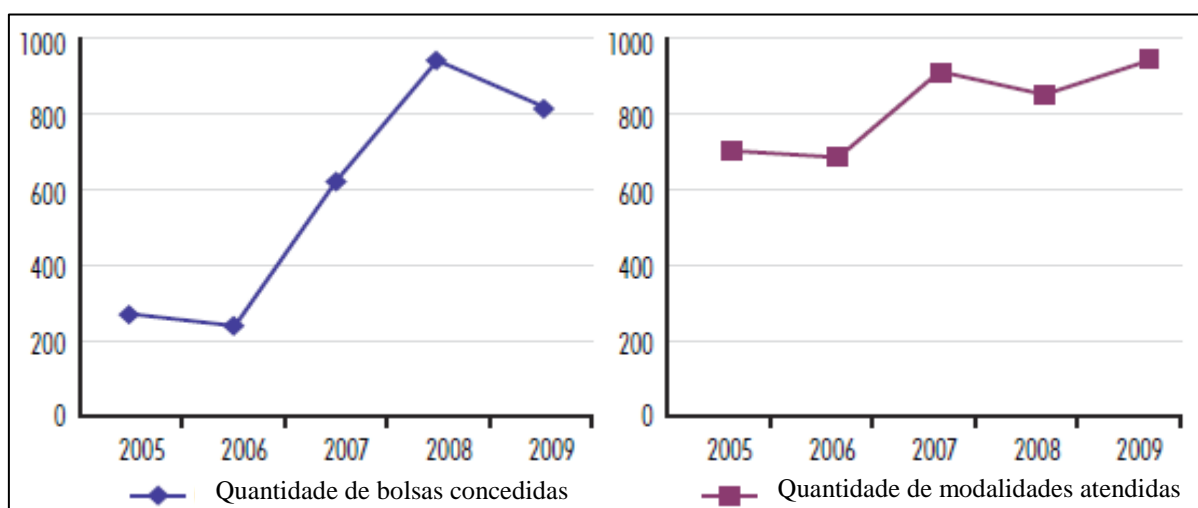
Outra mudança importante diz respeito à possibilidade de acumular o patrocínio com o recebimento da bolsa. O que beneficia principalmente os atletas com um bom desempenho nacional e internacional (BRASIL, 2010).

O atleta que cumprir os requisitos mencionados anteriormente pode se candidatar a receber o auxílio oferecido pelo Ministério do Esporte. Assim, aberto o período de inscrição, o candidato preenche um formulário com seus dados pessoais e relativos à modalidade que pratica com seus resultados e encaminha, juntamente com a documentação exigida pela legislação, para a SNEAR. Após a chegada da documentação, a Secretaria faz a análise e, em caso positivo, concede a bolsa por um período de 12 meses, a ser depositada mensalmente.

O art. 1º da Lei nº 10.891/2004 estabelece como prioridade na concessão da Bolsa-Atleta o atendimento a atletas praticantes do esporte de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas (BRASIL, 2004). Atletas de destaque de outras modalidades também poderão receber o apoio financeiro do Ministério do Esporte, mas de forma supletiva (art. 5º da Lei nº 10.891/2004), mediante indicação das entidades nacionais dirigentes dos respectivos esportes, referendada por histórico de resultados e situação nos rankings nacional e/ou internacional da respectiva modalidade.

No Relatório de Auditoria do Esporte de Alto Rendimento do Tribunal de Contas da União (2011), são apresentadas informações relativas às bolsas concedidas no período de 2005 a 2009, cujo quantitativo anual pode ser observado na figura 11. Foram concedidas 10.248 bolsas no período, com significativo crescimento a partir de 2007, induzido pela realização dos Jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro e pela maior divulgação da ação. Faz-se necessário ressaltar que o número de modalidades olímpicas varia muito pouco ao longo dos jogos olímpicos, ficando, nas últimas décadas, ao redor de 30. Portanto, o crescimento observado na quantidade de modalidades atendidas pela Bolsa-Atleta indica que atletas das demais modalidades (não olímpicas) estão gradualmente se inserindo ao programa.

Figura 11. Histórico da quantidade de Bolsas-Atleta concedidas por ano e número de modalidades atendidas, de 2005 a 2009.

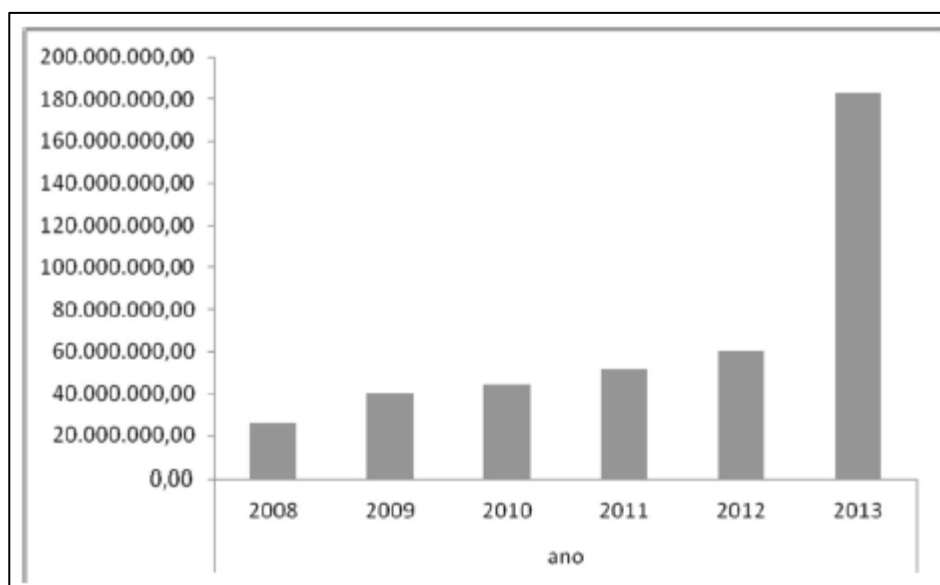


Fonte: Relatório do TCU, 2011.

Com relação aos dados do Bolsa Atleta, foram investidos desde a sua criação, em 2005, R\$ 368,2 milhões, sendo que somente nesse último ano de 2013, R\$ 180 milhões foram investidos no programa. Nas modalidades olímpicas e paralímpicas, 5.691 atletas foram contemplados no ano de 2013, 14% a mais com relação ao número de atletas contemplados em 2012. Desde a criação do programa, em 2005, já foram distribuídas 23.749 bolsas (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2013).

Na Figura 12 é possível perceber o investimento no programa ao longo dos anos, a partir de 2008 até o ano de 2013. Os dados mostram um crescente investimento no programa Bolsa Atleta.

Figura 12. Recursos federais totais destinados ao programa Bolsa Atleta entre os anos de 2008 e 2013.



Fonte: Ministério do Esporte, 2013.

A partir da medida provisória nº 502/ 2010 (BRASIL, 2010), o Programa Atleta Pódio foi criado. Ele tem como finalidade melhorar o resultado esportivo de atletas brasileiros em competições internacionais, por meio das seguintes ações: a) viabilizar equipe técnica multidisciplinar para planejamento, treinamento e acompanhamento; b) viabilizar a

participação em competições internacionais; c) promover treinamentos e intercâmbios internacionais; d) fornecer equipamentos e materiais esportivos de alta *performance*. Essas ações não são necessariamente cumulativas e serão viabilizadas por meio de convênios celebrados entre o Ministério do Esporte e o COB, CPB ou entidades nacionais de administração esportiva.

A bolsa é concedida por um período de 12 meses, a ser depositada mensalmente. Os atuais valores destas bolsas são: a) Base: R\$ 370,00; b) Estudantil: R\$ 370,00; c) Nacional: R\$ 925,00; d) Internacional: R\$ 1.850,00; e) Olímpico e Paraolímpico: R\$ 3.100,00; f) Pódio: até R\$ 15.000,00 (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2013).

4.4 PERSPECTIVA DO PÓS-CARREIRA DOS ATLETAS

A extensão lógica da fase de identificação e desenvolvimento de talentos é a produção de atletas de elite capazes de competir ao mais alto nível. Muitos atletas que têm potencial para chegar ao topo acabam abandonando (DE SMEDT, 2000). A questão do suporte ao atleta é frequentemente coordenada por órgãos de administração nacionais ou pelos clubes desportivos que trabalham com o esporte de alto nível e, portanto, precisa ser analisada esporte a esporte individualmente. Em apenas alguns esportes os atletas conseguem “viver a vida” a partir de seus ganhos e pagar por todos os custos que tem. Portanto, algumas nações fornecem apoio financeiro para os atletas cobrirem as suas despesas de vida e para programas de apoio para dar-lhes o acesso aos serviços necessários a fim de ajudá-los a desenvolverem o seu potencial (DE BOSSCHER et al., 2008).

A carreira do atleta tem uma duração relativamente curta. Caso não seja bem administrada acarretará sérias consequências à vida do desportista e de sua família. O pós-carreira é uma fase delicada, não sendo raros os casos de ex-atletas afetados pelo desemprego, provocado em grande medida pelo não acesso à qualificação profissional durante os anos dedicados ao esporte.

O Comitê Olímpico Americano (USOC) possui um programa que busca auxiliar os atletas da elite de nível nacional em suas transições de carreira esportiva. A percepção é de que “a prioridade dos atletas de elite é se concentrar em sua carreira esportiva, todavia, há um

ponto na vida em que as pessoas precisam tomar decisões sobre sua carreira pós-atlética e seu futuro”. Nesse programa os atletas podem receber recursos personalizados e serviços de gestão de carreira, ter o acesso a uma variedade de seminários e assistência na procura de emprego.

No Brasil, a Secretaria do Esporte de Alto Rendimento não possui semelhante programa, tendo em vista que suas prioridades estão direcionadas para preparar os atletas brasileiros para o horizonte das próximas duas olimpíadas.

4.4.1 Dificuldades de Conciliação Entre Educação Formal e o Desenvolvimento do Atleta

Apesar do art. 67, inciso IV, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) preconizar que o adolescente aprendiz, assistido por entidade não governamental, deva ter sua frequência à escola garantida, verificou-se que há grandes dificuldades para os atletas conciliarem os treinamentos com as obrigações escolares.

Em alguns países o esporte é realizado nas escolas e universidades e, posteriormente, em times profissionais. O exemplo mais proeminente desse modelo são os Estados Unidos da América. No Brasil, são os clubes que desempenham o papel central na disseminação do esporte. Esse fenômeno gera alguns problemas, pois muitos atletas brasileiros não seguem, paralelamente ao desenvolvimento esportivo, uma carreira estudantil ou profissional.

Projetar um pós-carreira digno é, sobretudo, buscar garantir ao jovem o seu desenvolvimento como atleta paralelamente com a sua formação acadêmica ou técnico-profissional. Veja que o atleta-estudante tem dificuldades semelhantes aos de alta performance, pois enfrentam, ainda, a questão de ter de escolher entre o esporte e os estudos, por exemplo, pelo fato dos técnicos, dirigentes ou a família não acreditarem que consiga manter-se concentrado e motivado à carreira estudantil. Isso certamente acarreta falta de motivação para se dedicar aos estudos.

Em pesquisa com 140 ex-atletas brasileiros adolescentes de futsal, Hallal et al (2004) indicaram as causas mais comuns de abandono deste esporte pelos entrevistados: prejuízo nos estudos (36%); falta de apoio do técnico (31%); intensidade dos treinamentos ou cansaço

(22%); preferência do treinador por outros colegas (21%); e dificuldade de relacionamento com o técnico (21%).

Outro exemplo é o de não obstante ser considerado um dos melhores centros de treinamento do país, e de fato possuir uma estrutura compatível com o nível atingido pelo vôlei, o Centro de Treinamento da Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), em Saquarema/RJ, não dispõe de uma estrutura que permita aos jovens das seleções de base frequentar com regularidade as aulas. Os jogadores permanecem cerca de quatro meses internados, ocasião em que, segundo a administração do Centro, voltam aos seus lares quinzenalmente a fim de “resolverem problemas escolares” (TCU, 2011).

Esse fato pode revelar que o aumento do nível de profissionalização de uma modalidade não implica necessariamente em melhorias nas condições para que os atletas possam compatibilizar as atividades esportivas com a educação formal. A idealização de um projeto dentro do esporte feita pelos familiares, distante às vezes de uma visão da realidade, também dificulta o enfrentamento do problema, pois, muitas das vezes, colocam em lados opostos os estudos e uma carreira esportiva promissora. Assim, qualquer modelo de desenvolvimento esportivo aplicado aos atletas brasileiros deve contemplar medidas que favoreçam a frequência na escola e na universidade. O Ministério do Esporte, desta forma, não pode se esquivar de incluir tais providências em sua política de EAR.

4.4.2 Dificuldade do Atleta em Permanecer Trabalhando no Esporte Após o Fim da Carreira Esportiva

De acordo com De Bosscher et al., (2006) o fim de carreira do atleta deve ser uma preocupação dos patrocinadores do esporte de alto rendimento, tendo em vista o risco existente de desistência por parte de um grande número de potenciais talentos. A própria Política Setorial para o EAR estabelece como objetivo “proporcionar aos atletas e para-atletas, ao longo de suas carreiras esportivas, a possibilidade de capacitarem-se intelectual e profissionalmente” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2012). Todavia, verificou-se que a SNEAR não possui uma ação que contemple o pós-carreira.

O fim da carreira esportiva geralmente envolve uma adaptação a um novo estilo de vida, no qual o esporte passa a ocupar um espaço geralmente secundário. Nesse ambiente, o principal desafio consiste em se adaptar a esse estilo de vida diferente do esporte e começar uma nova carreira profissional dentro ou fora dele.

O Comitê Olímpico Norte-Americano sobre as questões que envolvem o fim de carreira entre os atletas de elite (1993) desenvolveu um manual, “destinado a ajudar os atletas de elite a compreender questões importantes relacionadas com o término da carreira e orientá-los na elaboração de um plano para sua carreira pós-competição”. Essa boa prática poderia ser replicada aqui no Brasil, a fim de orientar os atletas nesse sentido.

Em uma pesquisa realizada e divulgada pelo TCU (2011) eles questionaram o atleta sobre a possibilidade de abandonar os treinamentos e competições por falta de perspectivas profissionais após o final de carreira. 16% dos respondentes consideraram que há razoável probabilidade de desistir, 14% consideraram grande e 11% muito grande. Ou seja, pelo menos 41% dos entrevistados consideram real a possibilidade abandonar a carreira por falta de perspectivas no pós-carreira. Uma nova modelagem socioeducacional para os atletas brasileiros é, portanto, necessária para minimizar o risco desse abandono de fato ocorrer.

4.5 INFRAESTRUTURA DE TREINAMENTO

Infraestrutura de treinamento é um dos fatores importantes no processo que leva a atleta ao sucesso esportivo internacional. A existência e disponibilidade de locais adequados para a prática esportiva são relevantes para/com o processo que o atleta percorre até chegar ao alto nível (DE BOSSCHER & DE KNOP, 2006).

O Ministério do Esporte, a partir da Lei 12.395 de 2011, coloca como elemento necessário para potencializar o desempenho esportivo brasileiro a constituição de uma rede nacional de treinamento. Essa rede possui quatro níveis de locais de treinamento: i) iniciação esportiva; ii) centros locais (clubes e sistema S); iii) centros regionais destinados à pré-elite e elite; iv) centros destinados às seleções nacionais. O princípio norteador para construção da rede é a maximização do uso da infraestrutura instalada.

A SNEAR relatou os níveis de Centro de Treinamento que devem constituir a rede nacional de treinamento:

- a) CT Local: é um espaço para disseminação geográfica do treinamento de base. Para tanto utilizará infraestrutura existente possibilitando o engajamento da população do lugar no desenvolvimento do esporte local;
- b) CT Regional: pólo geográfico de treinamento para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento em nível elite/sub-elite, com gestão independente;
- c) CT Nacional: apenas um centro no Brasil, Centro Federal de Treinamento, que concentre a metodologia de treinamento e modelo para a excelência nacional.

Na mesma proposta de política de desenvolvimento do esporte, o Ministério afirma que cada modalidade olímpica deve ter seu próprio centro nacional, de acordo com suas características e necessidades.

O Ministério do Esporte, apesar dos esforços empreendidos em identificar os centros de treinamento existentes no Brasil e as condições operacionais da infraestrutura instalada, ainda não dispõe de diagnóstico das necessidades de cada modalidade. Não existe uma base nacional de dados sobre infraestruturas esportivas e infraestruturas para o esporte de alto rendimento do país. Existem levantamentos isolados feitos pelo IBGE (2006), entretanto o que se encontra é a ausência de informação com relação à qualidade e características e até finalidade das instalações apontadas. E estas são informações imprescindíveis ao processo de tomada de decisão em relação à modernização ou adequação de instalações existentes ou construção de novos centros. Tendo em vista que o Ministério possui uma ação orçamentária específica para fomentar projetos de infraestrutura esportiva tal situação gera risco de baixa efetividade do gasto público federal destinado a essa área.

Sobre a infraestrutura de treinamento no país, a SNEAR destaca a importância de se diferenciar instalações esportivas de forma genérica, que podem ser para lazer, de centros de treinamento. As instalações de clubes, quando vistas genericamente, não são centros de treinamento, mas sim áreas para o lazer dos associados, podendo, eventualmente servir para apoio ao treinamento do atleta.

Foi constatado que os locais de treinamento existentes para o alto rendimento em funcionamento no Brasil possuem diferentes modelos de gestão, muitos dos quais com

problemas de operacionalização e manutenção. Esse problema está associado à construção de locais de treinamento para atender interesses e demandas locais, mas que não se inserem em um sistema de EAR. Não há um modelo de gestão que ajude no planejamento da construção de novos centros. De maneira geral as suas construções são iniciadas sem que se saiba, ao certo, quem serão seus usuários, que tipos de serviços serão oferecidos, como serão mantidos, e sem uma definição do seu papel numa rede nacional de centros de treinamento (CT).

Segundo estudo da FGV (2009), os centros devem oferecer os seguintes serviços por nível: a) instalações dentro das especificações internacionais; b) treinadores (no nível correspondente ao do público alvo); c) apoio científico estruturado; d) apoio médico e fisioterápico; e) centro de condicionamento físico/ musculação; f) serviços de alimentação e alojamento.

O Ministério do Esporte apontou, com base no estudo da FGV (2009), as seguintes deficiências nos centros de alto rendimento existentes no Brasil: a) construções sem fundamento sobre excelência esportiva, padrões internacionais, medidas oficiais; b) ausência de previsão de gestão para manutenção; c) falta de planejamento quanto à sustentabilidade. De fato, foi constatado que há casos de municípios que constroem instalações destinadas ao alto rendimento sem seguir padrões internacionais, ou sem prever a prestação de serviços necessários ao esporte de alto rendimento, como por exemplo, apoio técnico-científico.

A subutilização de centros também é realidade no Brasil. O Complexo Maria Lenk, composto pelo Parque Aquático Maria Lenk e o Velódromo, faz parte da herança dos Jogos Pan-Americanos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro em 2007. Três anos após os jogos, essas instalações, no entanto, acrescentaram pouco para o desenvolvimento do esporte no país.

Com relação às últimas atitudes da SNEAR com relação à infraestrutura, a Medida Provisória nº 502/ 2010 estipulou que a Rede Nacional de Treinamento será vinculada ao Ministério do Esporte e composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais ou locais, articulada para o treinamento de modalidades dos programas olímpico e paraolímpico, desde a base até a elite esportiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui propostas visam contribuir para o enriquecimento da área estudada, as políticas para o esporte de alto rendimento. O presente estudo, que focou nas ações de apoio e na política em geral ligadas ao Esporte de Alto Rendimento constatou a preocupação do Ministério do Esporte em fomentar políticas para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento brasileiro. Entretanto, apesar de haver uma Política Nacional do Esporte desde 2005 e uma Política Setorial para o Esporte de Alto Rendimento desde 2006, as diretrizes e objetivos analisados pelo trabalho não foram devidamente cumpridos, entre outros fatores, devido à ausência de um plano estratégico que detalhe as ações, responsabilidades, metas e indicadores para o setor.

Ademais, grande contingente de crianças e jovens não tem acesso à iniciação da prática esportiva, em virtude tanto da dificuldade de ingresso nos clubes que ofereçam a prática das modalidades, como da falta de disseminação dessa prática nas escolas brasileiras. Os poucos talentos que conseguem ser detectados, por uma ou outra iniciativa, seja pública ou privada, possuem dificuldades de continuidade na carreira, pois não há um “caminho” estabelecido para que possa chegar ao alto rendimento. Além disso, o apoio prestado aos atletas, nos diversos níveis de preparação, pela ciência do esporte, ainda é frágil.

O trabalho também evidenciou que, para o Brasil se tornar uma potência olímpica, os investimentos públicos devem ser direcionados para a criação de um efetivo sistema que fomenta a detecção, o encaminhamento, a formação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de atletas das diversas modalidades olímpicas.

As deficiências operacionais e de infraestrutura dos centros de treinamento instalados, o risco da construção de novos centros sem qualquer análise de viabilidade, de sustentabilidade e de usabilidade para o EAR, a inexistência de política pública para o pós-carreira dos atletas e a descontinuidade de ações governamentais, tanto nos projetos de detecção de talentos quanto na coordenação da Rede Cenesp, constituem achados importantes do estudo, e que demandam atenção especial e medidas saneadoras por parte do Ministério do Esporte.

Primeiramente, verifica-se que grande contingente de crianças e jovens não está tendo acesso à iniciação da prática esportiva, em virtude tanto da dificuldade de acesso a clubes que

ofereçam a prática das modalidades, como da falta de disseminação dessa prática nas escolas brasileiras. Muitas escolas públicas não oferecem a prática esportiva na disciplina Educação Física, outras possuem graves problemas de infraestrutura para sua prática. Os clubes que preparam atletas em modalidades olímpicas localizam-se, em sua grande maioria, nas capitais dos estados das regiões Sul e Sudeste. Além disso, os clubes vivem o dilema entre atender a seus associados e desenvolver o esporte de alto rendimento.

Não há escolas de prática esportiva, núcleos de esporte de base, centros locais e regionais de treinamento em número suficiente e equipados para recepcionar a criança ou jovem talento esportivo detectado. As federações esportivas, que poderiam encaminhar e apoiar tais talentos encontram-se sem estrutura. A falta de definição de responsabilidades contribui para a ausência de um sistema de detecção de atletas no Brasil. Os poucos talentos que conseguem ser detectados, por uma ou outra iniciativa, seja pública ou privada, possuem dificuldades de continuidade na carreira, pois não há um “caminho” estabelecido para que possa chegar ao alto rendimento. Além disso, o apoio prestado aos atletas, nos diversos níveis de preparação, pela ciência do esporte, ainda é frágil.

Com relação à atuação da ciência do esporte no apoio à comunidade esportiva, com destaque para a Rede Censsp, formada por 14 universidades, demonstrou-se que as confederações, federações, clubes e atletas estão necessitando do apoio científico e tecnológico, e que esse apoio não está sendo adequadamente fornecido. Isto porque o foco das universidades tem permanecido na publicação de artigos e no treinamento do atleta já formado em detrimento do atleta em formação. Além disso, as barreiras de comunicação têm gerado problemas de interlocução entre a Rede Censsp e a comunidade esportiva. A atuação do Ministério do Esporte também precisa ser aperfeiçoada nessa área, de modo a exercer um trabalho estratégico de articulação, coordenação e direcionamento das ações da rede.

Abordou-se, também, o pós-carreira do atleta, atualmente desprovido de qualquer política governamental. A pesquisa constatou que esse assunto é uma preocupação real, havendo grande risco de desistência da carreira devido à ausência de perspectivas quanto à continuidade de atuação no setor esportivo.

A situação dos principais centros de treinamento e de núcleos de esporte de base existentes no país também é descrita, abordando-se aspectos operacionais e de sustentabilidade. Verificou-se carência de diagnósticos, por modalidade, sobre a situação dos centros de treinamento instalados no país, bem como da necessidade de construção de novos,

o que põe em risco a efetividade da alocação de recursos públicos em ações dessa natureza. Não há planejamento estratégico construído com a participação dos atores interessados, sobretudo as entidades de administração esportiva, que paute as necessidades e os locais adequados para a implantação dos centros.

Como o Governo Federal aloca recursos no EAR, deve fazê-lo de forma estruturada, planejada, organizada, a fim de que as ações por ele desenvolvidas ou apoiadas contribuam efetivamente para que o Brasil se torne uma potência olímpica no médio e longo prazo. A oportunidade conquistada com a realização, no país, do maior evento esportivo mundial – os Jogos Olímpicos – a serem disputados na cidade do Rio de Janeiro, em 2016, deveria ser utilizada também para criar condições para o seu desenvolvimento sustentável.

Posto isso, é possível inferir que, apenas o investimento financeiro não é capaz de melhorar a eficiência em relação aos resultados dos Jogos Olímpicos. Como mostrado em estudos sobre a Austrália, a China e o Reino Unido, tal investimento deve ser seguido de um planejamento voltado aos elementos que gerem uma vantagem competitiva no somatório final, principalmente em relação ao trabalho voltado ao atleta e as variáveis que influenciam o seu desempenho.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P.F.A. A disputa pelo fundo público no âmbito do financiamento esportivo brasileiro. Em: Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e V Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2013. Brasília, Brasil.

ALMEIDA, B.S. O financiamento do esporte olímpico e as suas relações com a política no Brasil. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná; 2010. Curitiba, Brasil.

BALL, D.W. Olympic Games competition. Structural correlates of national success. **International Journal of Comparative sociology**. 1972, v. 13, 186-200.

BARDIN, L. (2010). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Marca 70.

BERNARD, A.B & BUSSE, M.R. Who Wins the Olympic Games: Economic development and medal totals. Disponível em: <http://papers.ssrn.com> (documento *online* acessado em 20 de outubro de 2012).

BÖHLKE, N.; ROBINSON, L. Benchmarking of elite sport systems. **Management Decision**. v. 47, n. 1, p. 67–84, 2009.

BÖHME, M. T. S. Detecção, seleção e promoção de talentos esportivos. In: BÖHME, M. T. S.. (Org.). **Esporte Infante Juvenil - Treinamento A Longo Prazo** - Talento Esportivo. 1a. ed. São Paulo: Editora Phorte, 2011.

BOMPA, T. O. **Treinamento total para jovens campeões**. Programas comprovados de condicionamento para atletas de 6 a 18 anos. São Paulo: Editora Manole, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994 e pelas Emendas Constitucionais nº 1/1996 a 57/2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao>>.

_____. **Decreto nº 3.199** de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização do desporto em todo o País. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao>>.

_____. **Lei n. 6.251**, de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao>>.

_____. **Lei n. 8.672**, de 06 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao>>.

_____. **Lei nº 9.615** de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao>>.

_____. **Medida Provisória nº 502**, de 20 de setembro de 2010. Dá nova redação às Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva, e dá outras providências

_____. **Lei nº 9.981**, de 14 de julho de 2000. Altera dispositivos da Lei nº 9.615 de 24 de Março de 1998 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao>>.

_____. **Lei nº 10.264**, de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao artigo 56 da Lei n. 9615, de 24 de março de 1998, que instituiu normas gerais sobre o desporto. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao>>.

_____. **Lei nº 11.438**, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília DF, 29/12/2006. Acesso em: 20 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao>>.

_____. **Bolsa Atleta**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <www.esporte.gov.br>. Acesso em: 5 set. 2013.

_____. **Plano Brasil Medalhas 2016**. . Power Point apresentado no Palácio do Planalto. Brasília: Ministério do Esporte. Disponível em: <www.esporte.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2013.

_____. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>>.

_____. **Ministério do Esporte**. Resolução GM/ME nº 10, de 7 de março de 2006. Aprova a Política Setorial para o EAR. Brasília, 2006.

_____. **Ministério do Esporte e Turismo**. Portaria GM/MET nº 221, de 01 de outubro de 2002. Dispõe sobre a ampliação da Rede de Centros de Excelência Esportiva-Rede CENESP.

_____. **Ministério do Esporte**. Rio 2016: Desenvolvimento do Esporte Brasileiro. Apresentação realizada em 22 de fevereiro de 2010.

_____. **Ministério do Esporte**. O Ministério. Disponível em <<http://portal.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2012b.

_____. **Ministério da Fazenda**. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema Integrado de Administração Financeira. Brasília, 2010.

BOJIKIAN, C. M. & SILVA, A.V.O. (2007). Talento Esportivo no Voleibol Feminino do Brasil: Maturação e Iniciação Esportiva. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, (6), p. 179-187.

BROOM, E.F. Funding the development of the Olympic athletes: a comparison of programs in Selected Western and socialist nations. Em **Proceedings of the Third International Seminar on comparative physical education and sport**. 1986. Champaign: Human kinetics.

BROOM, E.F. Lifestyles of Aspiring High Performance Athletes: a comparison of national models. **Journal of Comparative Physical Education and Sport**, v.8 (2), 24-54. 1991.

BUGGEL, E. The development of Sport in the German Democratic Republic: 1950-1985. Em **Proceedings of the third International Seminar on comparative physical education and sport**. 1986.

CAFRUNI, C.; MARQUES, A. & GAYA, A. (2006). Análise da Carreira Desportiva de Atletas das Regiões Sul e Sudeste do Brasil. Estudo dos Resultados Desportivos nas Etapas de Formação. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, (6), p. 55-64.

CARDOSO, M. (2000). **Os arquivos das Olimpíadas**. São Paulo: Editora Panda.

CASTELAN, L.P. 2011 **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. Campinas, 2011. 188f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. Processo de Certificação de Centros de Treinamento - Sistema Nacional de CTs. Apresentação realizada em 08 de março de 2010.

CLUMPNER, R.A, 21ste century success in international competition. Em R. Wilcox, **Sport in the Global Village**. 298-303. 1994.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Comitê Olímpico Brasileiro**. Disponível em: <www.cob.org.br>. Acesso em: 21 set. 2013b.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Jogos Escolares de Juventude**. Disponível em: <<http://jogos Escolares.cob.org.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2013c.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Sobre o COB**. Disponível em: <www.cob.org.br>. Acesso em: 10 jun. 2013d.

CONZELMANN, A , & NAGEL, S. (2003). Professional careers of the German Olympic athletes. **International Review for the Sociology of Sport**, 38(3), 259-280.

DAILY, C. M.; DALTON, D. R.; CANNELLA, A. A. Corporate governance: Decades of dialogue and data. **Academy of Management Review**, v. 28, n. 3, p. 371–382, 2003.

DCMS/Strategy Unit. (2002). Game plan: a strategy to delivering government's sport and physical activity objectives (pp. 1-226). London: Cabinet Office.

DE BOSSCHER, V., DE KNOP, P., HEYNDELS, B. Comparing relative Sporting success among nations: create equal opportunities in sport. **Journal for Comparative Physical Education and Sport**, 2003, v. 3, 109-120.

DE BOSSCHER, V., BINGHAM, J.; SHIBLI, S. **Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success**. [S.l.]: Meyer & Meyer, 2008.

DE BOSSCHER, V., KNOP, P. DE; BOTTENBURG, M. VAN; SHIBLI, S.; BINGHAM, J. Explaining international sporting success: an international comparison of elite sport systems and policies in six countries. **Sport Management Review**, v. 12, n. 3, p. 113–136, 2009.

DE BOSSCHER, V., SHIBLI, S.; BOTTENBURG, M. VAN; KNOP, P. DE; TRUYENS, J. Developing a method for comparing the elite sport systems and policies of nations : a mixed research methods approach. **Journal of Sport Management**, v. 24, n. 5, p. 567–600, 2010.

DE ROSE, D.J.; DESCHAMPS, S.; KORSAKAS, P. Situações causadoras de “stress” no basquetebol de alto rendimento: fatores competitivos. **Revista Paulista de Educação Física**. v.13, p.217-229, 1999.

DIAS, H. P. (2007) **Legislação Desportiva Brasileira: Antecedentes e Análise da Lei de Incentivo Fiscal**. Dissertação (Bacharelado em Esporte). Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DIGEL., H. Talent detection and talent development in international comparison. **Leistungssport**, 2001, v.31, 72-78.

DIGEL, H. A comparison of competitive sport systems. **New Studies in Athletics**, v. 17, n. 1, p. 37–50, 2002a.

DIGEL, H. The context of talent identification and promotion: a comparison of nations. **New Studies in Athletics**, v. 17, n. 3/4, p. 13–26, 2002b.

DUFFY, P, LYONS, D, MORAN, A, WARRINGTON, G, & MACMANUS, C. (2001). **Factors promoting and inhibiting the success of high performance players and athletes in Ireland from National Coaching & Training Centre**. Ireland.

FARMER, P J, & ARNAUDON, S. (1996). Australian sports policy. In L Chalip, A Johnson & L Stachura (Eds.), **National sports policies: an international perspective** (pp. 1-22). London: Greenwood Press.

FERREIRA, R. **Políticas para o Esporte de Alto Rendimento–Estudo Comparativo de alguns Sistemas Esportivos Nacionais visando um Contributo para o Brasil**. [S.l.]: Tese (Doutorado) FADEUP. Universidade do Porto. , 2007

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Elaboração de Sistema de Orçamentação de Eventos Esportivos e de Estudos em Instalações Esportivas e Acomodações Necessárias para Apoiar a Atuação do Governo Federal na Candidatura Rio 2016**. Produto 27 – Formação Conceitual do Instituto de Excelência Esportiva – 2ª versão. Rio de Janeiro, 2009.

GIBBONS, T, MCCONNEL, A, FORSTER, T, RIEWALD, S, & PETERSON, K. (2003). **Reflections on success: US Olympians describe the success factors and obstacles that most influenced their Olympic development**, Report phase II: United States Olympic Committee (USOC).

GOULD, D.; DIEFFENBACH, K.; MOFFETT, A. **The Development of Psychological Talent in U.S. Olympic Champions**. Disponível em: <<http://www.educ.msu.edu/ysi/articles/USOCTalentDevelopment.pdf>>. , 2001.

GOULD, D, GREENLEAF, C, GUINAM, D, & CHUNG, Y. (2002). A survey of U.S. Olympic coaches: variables perceived to have influenced athlete performances and coach effectiveness. **The Sport Psychologist**, 16(3), 229-250.

GREEN, M.; OAKLEY, B. Elite Sport development systems and playing to win: uniformity and diversity in international approaches. **Leisure Studies**, v. 20, p. 247–267, 2001.

GREEN, M.; HOULIHAN, B. **Elite Sport Development: Policy Learning and Political Priorities**. London and New York: Routledge, 2005.

GREEN, M.; COLLINS, S. Policy, Politics and Path Dependency: Sport Development in Australia and Finland. **Sport Management Review**, v. 11, n. 3, p. 225–251, 2008.

GREEN, M. Changing policy priorities for sport in England: the emergence of elite sport development as a key policy concern. **Leisure Studies**, 23(4), 365-385, 2004.

GREEN, M.; HOULIHAN, B. Advocacy coalitions and elite sport policy change in Canada and The United Kingdom. **International review for the sociology of sport**. v.39, n.4, p.387-403, 2004.

GREENLEAF, C, GOULD, D, & DIEFFENBACH, K. (2001). Factors influencing Olympic performance: interviews with Atlanta and Nagano US Olympians. **Journal of Applied Sport Psychology**, 13(2), 154-184.

HALLAL, P.C. et al. Fatores intervenientes associados ao abandono do futsal em adolescentes. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. V. 12, n. 3, p. 27-32. Brasília, set. 2004.

HONG, F, WU, P, & XIONG, H. (2005). Beijing Ambitions: An Analysis of the Chinese Elite Sports System and its Olympic Strategy for the 2008 Olympic Games. **The International Journal of the History of Sport**, 22(4), 510-529.

HONG, F. (2008). China. In B Houlihan & M Green (Eds.), **Comparative Elite Sports Development: systems, structures and public policy** (pp. 26-52). Oxford: Butterworth-Heinemann.

HONG, F, & ZHOUXIANG, L. (2011). China. In M Nicholson, R Hoye & B Houlihan (Eds.), **Participation in sport: international policy perspectives** (pp. 169-182). Oxford: Routledge.

HOULIHAN, B. (1996). Sport in the United Kingdom. In L Chalip, A Johnson & L Stachura (Eds.), **National sports policies: an international handbook** (pp. 370-403). London: Greenwood Press.

HOULIHAN, B. **Sport, Policy and Politics. A comparative analysis**. London and New York: Routledge. 1997

HOULIHAN, B; GREEN, M. **Comparative Elite Sport Development. Systems, Structures and public policy**. London: Elsevier, 2008.

HOYE, R, & NICHOLSON, M. (2009). Australia. **International Journal of Sport Policy**, 1(2), 229-240.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Edudatabrasil - Sistema de Estatísticas Educacionais**. Disponível em <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em 11. jul.10

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. The Organisation. Disponível em: <<http://www.olympic.org/>>. Acesso em: 20 out. 2012.

KRÜGER, A. The sportification of the world: are there any differences left? **Journal of Comparative Physical Education and Sport**. V.2, 5-6. 1984.

LAROSE, K., & HAGGERTY, T.R. **Factors associated with national olympic success: na exploratory study**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brunswick, Canadá. 1996.

MEIRA, T. B.; BASTOS, F. C. Estruturas de organização e de promoção esportiva. In: BÖHME, M. T. S.. (Org.). **Esporte infanto juvenil - treinamento a longo prazo - talento esportivo**. 1a. ed. São Paulo: Phorte, 2011. p. 219–240.

MEIRA, T. & BASTOS, F.C. (2011). Estrutura Organizacional Esportiva. In: Böhme, M. T. S. (Org) **Esporte Infanto Juvenil: Treinamento a Longo Prazo e Talento Esportivo**. São Paulo: Phorte Editora.

MEIRA, T. DE B. Programas de desenvolvimento da natação de alto rendimento no estado de São Paulo. [S.l.]: Universidade de São Paulo, 2011.

MEIRA, T. B.; BASTOS, F. C.; BÖHME, M. T. S. Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, p. 251–262, 2012.

MEIRA, T. DE B.; MAZZEI, L. C.; BÖHME, M. T. S. Programas de desenvolvimento de talentos esportivos nas pesquisas comparativas internacionais sobre esporte de alto rendimento e na realidade brasileira. **Revista Mineira de Educacao Fisica**, v. 20, p. 37–72, 2012.

PERES, L. & LOVISOLO, H. (2006). Formação Esportiva: Teoria e Visões do Atleta de Elite no Brasil. **Revista de Educação Física/UEM**, 17 (2), p. 211-218.

ROBINSON, L.; MINIKIN, B. Developing strategic capacity in Olympic sport organisations. **Sport, Business and Management**, v. 1, n. 3, p. 219–233, 2011.

ROCHE, F. P. **Gestão desportiva: Planejamento estratégico nas organizações desportivas**. 2a. ed. São Paulo: Artmed, 2002. p. 164

RODRIGUES, J L, & JUPPA, F. (2012, 12 de agosto de 2012). Medalhas cada vez mais caras, O Globo.

RIORDAN, J. Soviet Sport and Perestroika. **Journal of comparative physical education and sport**. V.11, 7-18. 1989

RIORDAN, J. **Sport, politics and communism**. Manchester: Manchester University Press. 1991

Santos, A. M. et al. (2004). **Esportes no Brasil: Situação Atual e Proposta para Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/esprt-br.pdf>.

SEMOTIUK, D. East Bloc Athletics in the Glasnot Era. **Journal of Comparative Physical Education And Sport**. V. 12, 26-29.

SHIBLI, S, & BINGHAM, J. (2008). A forecast of the performance of China in the Beijing Olympic Games 2008 and the underlying performance management issues. **Managing Leisure**, 13(3-4), 272-292.

STAMM., H. & LAMPRECHT, M. **Sydney 2000, the best games ever? World Sport and Relationships of Structural Dependency**. 1º Congresso Mundial de Sociologia do Esporte, 2001. Disponível em: http://www.lssf.ch/download/ISSA_Seoul.pdf.

STEWART, B, NICHOLSON, M, SMITH, A, & WESTERBEEK, H. (2004). **Australian Sport: Better by Design? The evolution of Australian sport policy**. Oxford: Routledge.

STORM, R, & NIELSEN, K. (2010). In a peak fitness condition? The Danish elite sports model in an international perspective: managerial efficiency and best practice in achieving international sporting success. **International Journal of Sport Management and Marketing**, 7(1/2), 104-118.

TANI, G. O Day After olímpico e a Universidade. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 20, n. 4, p. 485-497, 4. Trim. Maringá, 2009.

THUMM, H. Talent identification in Indonesia: a model for other countries? **New Studies in Athletics**, London, v.21, n.2, p.29-39, 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de Auditoria Operacional - Esporte de Alto Rendimento**. Brasília: Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br>>. , 2011.

TUBINO, M.J.G. **500 Anos de Legislação esportiva Brasileira: do Brasil Colônia ao Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Shape, 2002.

VAEYENS, R.; GÜLLICH, A.; WARR, C. R.; PHILIPPAERTS, R. Talent identification and promotion programmes of Olympic athletes. **Journal of Sports Sciences**, v. 27, n. 13, p. 1367–1380, 2009.

VAN ROSSUM, J.H.A. Perceptions of determining factors in athletic achievement: an addendum to Hyllegard, et al. (2003). **Perceptual and Motor Skills**. 98, p.81-85, 2004.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VERONEZ, L. F. C. 2005 **Quando o Estado joga a favor do privado: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. Campinas, 2005. 370f. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP.

WEINECK, J. (1999). **Treinamento ideal**. 9. ed. São Paulo: Manole.

ZIEMAINZ, H.; GULBIN, J. Talent selection,-identification and-development exemplified in the Australian TALENT SEARCH Programme. **New Studies in Athletics**, v. 17, n. 3/4, p. 27–34, 2002.